



## PMMS - AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.06.23.025

O Município de Major Sales/RN, por intermédio do Pregoeiro oficial assessorado por sua equipe de apoio, designados pela Portaria nº 002 de 03 de janeiro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que às 8h00min do dia 15 de julho de 2022 (Horário de Brasília/DF), fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 2022.06.23.025, tipo “menor preço por lote”. A presente licitação tem por finalidade a escolha de empresa especializada para executar projeto de educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, a fim de atender demanda específica da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN, com recursos do Convênio nº 9066060/2020, consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2022, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência. A qual será realizada na sala da Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Federal Nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, Decreto Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e subsidiariamente pela a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas e Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas e demais legislação aplicáveis a espécie.

Na fase externa, o edital do certame estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br), [www.majorsales.rn.gov.br](http://www.majorsales.rn.gov.br) e [tce.rn.gov.br](http://tce.rn.gov.br), podendo ser solicitado via e-mail [cpl.msales@gmail.com](mailto:cpl.msales@gmail.com) e encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, localizada a Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN, a partir do dia 30 de junho de 2022, no horário de expediente, das 08h00min às 17h00min.

Major Sales/RN, 29 de junho de 2022

Lindonjonhson da Silveira Batista  
Pregoeiro - Portaria nº 002/2022





# EDITAL Nº 2022.06.23.025

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.06.23.025

### PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS GOMES/RN

### COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

### LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.06.23.025

A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, pessoa Jurídica de Direito Público, sediado à Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, CEP Nº 59.945-000, Major Sales/RN, por intermédio do Pregoeiro Lindonjonhson da Sileira Batista, que ora integra os autos, assessorado por sua equipe de apoio, ambos designados pela Portaria nº 002 de 03 de janeiro de 2022, tornam público para conhecimento dos interessados, que às 8h00min do dia 15 de julho de 2022, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123/06, da Resolução nº 028/TCE/RN, de 15 de dezembro de 2020, subsidiariamente, da Lei Nacional nº 8.666/93 e de outros diplomas normativos aplicáveis, realizarão licitação do tipo menor preço por lote, na modalidade Pregão Eletrônico nº 2022.06.23.025, utilizando recursos de tecnologia da informação – INTERNET, por meio do endereço eletrônico [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br), para execução de projeto de educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, a fim de atender demanda específica da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN, com recursos do Convênio nº 9066060/2020, consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2022, de acordo com o Processo Administrativo nº 2022.06.23.02.015, instrumento convocatório e seus elementos constitutivos, objetivando obter melhor proposta para administração municipal do município de Major Sales/RN.

#### DA ABERTURA

1. Às 8h00min do dia 15 de julho de 2022 (Horário de Brasília/DF), far-se-á abertura do certame. A licitação será realizada por meio do sistema BBMNET, no endereço eletrônico [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br), pelo pregoeiro Lindonjonhson da Silveira Batista, telefone (84) 9.9615:8322, para o objeto definido





neste edital e seus anexos.

1.1. Não havendo expediente na data marcada, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

## DO OBJETO

2. Constitui objeto da presente licitação: A escolha de empresa especializada para executar projeto de educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, a fim de atender demanda específica da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN, com recursos do Convênio nº 9066060/2020, consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2022, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência- Anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos, consoante as disposições da legislação vigente.

2.1. Os produtos e os serviços objeto desta licitação serão adquiridos de acordo com as necessidades do município, depois de concluída as formalidades legais e as devidas publicações, mediante a expedição da ordem de compra/serviço pela gestora municipal de Major Sales/RN.

2.2. As especificações técnicas e os quantitativos dos produtos e dos serviços a serem adquiridos, estão de acordo com as disposições do artigo 15, § 7º, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme explicitadas neste Termo de Referência.

2.3. Na fase externa, o edital do certame estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br), [www.majorsales.rn.gov.br](http://www.majorsales.rn.gov.br) e [tce.rn.gov.br](http://tce.rn.gov.br), podendo ser solicitado via e-mail [cpl.msales@gmail.com](mailto:cpl.msales@gmail.com) e encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, localizada a Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN.

## DO TERMO DE REFERÊNCIA

3. O Termo de Referência é o documento elaborado a partir de estudos técnicos preliminares, devendo conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação, art. 8º do Decreto nº 3.555/2000.

3.1. O Termo de Referência foi elaborado pela Secretária Municipal de Saúde no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, art. 3º da Lei nº 10.520/2002, o qual servirá de parametro para todo o procedimento licitatório.

## DAS CONDIÇÕES DO OBJETO E DOS PREÇOS ESTIMADOS

4. A aquisição dos produtos e dos serviços visam suprir as necessidades atuais e ocasionais da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN, visando sobretudo, selecionar a proposta mais



vantajosa para execução do projeto de educação em saúde ambiental de Major Sales, com estrita observância dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

4.1. Para fins de estimativa de valores a serem pagos pelo contratante às contratadas pela aquisição dos produtos e execução dos serviços, utiliza-se como referência o preço médio calculado através da pesquisa mercadológica realizada pela administração municipal, com base nas informações consignadas no quadro de detalhamento de despesas com matérias e serviços contantes do projeto de educação em saúde ambiental do município de Major Sales, aprovado pela FUNASA, em 18 de janeiro de 2022, de acordo com as especificações e quantitativos indicados no quadro a seguir:

<b>EXECUÇÃO DE PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE MAJOR SALES/RN</b>			
<b>LOTE</b>	<b>UND</b>	<b>QTD</b>	<b>DETALHAMENTO DA DESPESA - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS</b>
0001	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL CAPACITADO PARA MINISTRAR O SEMINÁRIO SOBRE SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINAS SOBRE AS BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINAS SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINAS DE REUTILIZAÇÃO DE GARRAFA PET.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL CAPACITADO PARA REALIZAR A OFICINA DE PINTURAS E ARTE EM VIDRO.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINAS DE RECICLAGEM DE PNEUS.
	H/A	24	CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS PARA MINISTRAR OFICINAS DE TEATRO SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL.
	H/A	16	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA ORIENTAR E REALIZAR RODAS DE CONVERSAS JUNTAMENTE COM A EQUIPE TÉCNICA E MORADORES DAS COMUNIDADES RURAIS.
	H/A	24	PROFISSIONAL CAPACITADO PARA COORDENAR AS GINCANAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS.
	H/A	24	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA REALIZAR UMA CAPACITAÇÃO COM OS CATADORES DE LIXO VOLTADA AO DESCARTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.
	H/A	24	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA COORDENAR A REALIZAÇÃO DA FEIRA DE CIÊNCIA SOBRE SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL LOCAL.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA COORDENAR A REALIZAÇÃO DAS OFICINAS DE COMPOSTAGEM.
H/A	60	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA MINISTRAR UM CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS.	
<b>LOTE</b>	<b>UND</b>	<b>QTD</b>	<b>DETALHAMENTO DA DESPESA – LOCAÇÃO DE EQUIP. E INFRAESTRUTURA</b>
0002	DIA	08	LOCAÇÃO DE SISTEMA SONORO DE MÉDIO PORTE.
	DIA	06	LOCAÇÃO DE TENDA TIPO PIRAMIDE 4 X 4.



LOTE	UND	QTD	DETALHAMENTO DA DESPESA – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
0003	DIA	05	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO.
	DIA	49	LOCAÇÃO DE VEÍCULO MÉDIO PARA DESLOCAMENTOS DOS BENEFICIÁRIOS COM AS AÇÕES DE SUAS LOCALIDADES ATÉ A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES, HAJA VISTA, TER UMA DISTÂNCIA ENTRE UMA LOCALIDADE E OUTRA. ESSA AÇÃO SERÁ UTILIZADA NAS ATIVIDADES: OFICINAS, MUTIRÕES, RODAS E CONVERSA, NA CAPACITAÇÃO DOS CATADORES DE LIXO E NA FORMAÇÃO DOS AGENTES AMBIENTAIS.
	DIA	04	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS SERÁ UTILIZADO NA FEIRA DE CIÊNCIAS E NAS GINCANAS PEDAGÓGICAS.

LOTE	UND	QTD	DETALHAMENTO DA DESPESA - ALIMENTAÇÃO
0004	UND	82	ÁGUA MINERAL (CAIXA COM 12 UNIDADES DE 500 ML).
	UND	1.500	<p><b>LANCHE "KIT LANCHE EMBALADO (UM LÍQUIDO, UM SÓLIDO E UMA FRUTA)"</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>OPÇÃO 01:</b> QUATRO PEQUENOS SALGADOS (SABORES DIVERSOS), UMA FATIA DE BOLO (SABORES DIVERSOS) E UM COPO DE BEBIDA (SABORES DIVERSOS) DE 150 ML, UMA FRUTA (DIVERSAS).</li> <li>• <b>OPÇÃO 02:</b> UMA FATIA DE PIZZA, UMA FATIA DE BOLO (SABORES DIVERSOS), UM COPO DE BEBIDA (SABORES DIVERSOS) DE 150ML, UMA FRUTA (DIVERSAS).</li> <li>• <b>OPÇÃO 03:</b> SALADA DE FRUTA EM COPO DE 200 ML, UMA FATIA DE BOLO (SABORES DIVERSOS), UM COPO DE BEBIDA (SABORES DIVERSOS) DE 150 ML, UMA FRUTA (DIVERSAS).</li> </ul> <p><b>OBSERVAÇÃO: AS BEBIDAS PODERÃO SER: REFRIGERANTES, SUCOS OU BEBIDAS LÁCTEAS E DEVERÃO SER SERVIDOS GELADOS.</b></p>

LOTE	UND	QTD	DETALHAMENTO DA DESPESA - SERVIÇOS GRÁFICOS, EDITORIAIS E VISUAIS
0005	UND	230	CONFECÇÃO DE CAMISAS PERSONALIZADAS, EM MALHA, MANGA CURTA.
	UND	130	CONFECÇÃO DE BONÉS PERSONALIZADOS.
	UND	07	CONFECÇÃO DE BANNERS PERSONALIZADOS.
	UND	230	CONFECÇÃO DE ECOBAG PERSONALIZADA.
	UND	130	CONFECÇÃO DE CARTILHAS SOBRE O TEMA.
	UND	02	FAIXA PERSONALIZADA.
	UND	06	CARTAZ.
	UND	800	CONFECÇÃO DE CERTIFICADOS.
UND	16	SERVIÇO DE FILMAGEM E FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES.	

LOTE	UND	QTD	DETALHAMENTO DA DESPESA – MATERIAL DE CONSUMO
0006	UND	1260	CANETA ESFEROGRÁFICA
	UND	860	BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 56 FOLHAS
	UND	1540	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS
	UND	20	ÁLCOOL EM GEL 1 L 70%
	UND	23	ÁLCOOL EM GEL 5 L 70%
	UND	85	CARTOLINA 50 X 66
	UND	25	PINCEL ANATÔMICO (AZUL, VERMELHO E PRETO)
	UND	20	PINCEL PARA QUADRO BRANCO (AZUL, VERMELHO E PRETO)
	UND	04	ROLO DE BARBANTE DE ALGODÃO COM 100 M
	UND	20	ESTILETES MÉDIOS COM LÂMINA DE 18 MM
	UND	200	LUVAS M E G EM ALGODÃO
	UND	16	PROTETOR SOLAR FPS 50
	UND	100	BOTAS GALOCHAS UNISSEX IMPERMEÁVEIS
	UND	04	SACOS DE LIXO (PACOTE COM 100 UNIDADES)
	UND	10	PISTOLA DE COLA QUENTE 12 MM
	UND	02	BASTÃO DE COLA QUENTE 12 MM, PACOTE COM 35 UNIDADES TAMANHO G
	UND	20	COLA INSTANTÂNEA
	UND	50	COLA BRANCA, TUBO COM 90 G



UND	10	COLA DE ISOPOR, 90 G
UND	20	RÉGUA 30 CM
UND	35	PACOTE DE EVA COLORIDO – PLACAS DE EVA COM 0,40 X 0,95 CM COM 10 FOLHAS
UND	10	ROLO DE FITA CREPE – FITA ADESIVA
UM	5	TECIDOS DE ALGODÃO
CX	10	TINTA ACRÍLICA PARA ARTESANATO COM 250 ML, CORES VARIADAS
UND	25	KIT DE PINCEIS (Nº 0, Nº 02, Nº 12, Nº 14)
UND	10	PINCEIS BROCHA
UND	10	ROLO DE ESPUMA 4 CM
UND	05	FLANELA
UND	05	MARCADOR PONTA FINA TINTA A ÓLEO
UND	05	SPRAY PREMIUM MULTIUSO
UND	15	TESOURA COM PONTA 21 CM
CX	01	LUVAS DESCARTÁVEIS (CAIXA COM 100 PARES)
M	10	ARAME FINO
UND	20	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, 3,61 CORES VARIADAS
UND	10	SOLVENTE
UND	05	ALICATE UNIVERSAL
UND	10	PINCEL DE 10 CM DE LARGURA
UND	10	KIT DE PINCEIS CHATO (Nº 22, Nº 16, Nº 8)
UND	02	CORDA NYLON FINA COM 400 M
UND	10	FAÇA DE COZINHA 7”
UND	10	LIXA FINA
UND	02	PALETA DE MAQUIAGEM (SOMBRA COM 28 CORES)
UND	07	ROLO DE TNT COM DIVERSAS CORES, 50 M
M	15	TECIDOS CORES VARIADAS
UND	15	LINHAS DE COSTURAS CORES VARIADAS
UND	20	PLACAS DE ISOPOR
UND	10	TINTA GUACHE ACRÍLICA-TUBO COM CORES VARIADAS, ATÓXICA, POTE COM 15 ML. CAIXA CONTENDO 6 UNIDADES
UND	05	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA (CAIXA COM 24 UNIDADES)
UND	20	LÁPIS DE COR (CAIXA COM 12, CORES VARIADAS)
UND	02	RESMA DE FOLHA DE PAPEL A4 75 G COM 500
UND	02	RESMA DE FOLHA DE PAPEL PESO 40 COM 100
UND	30	BORRACHA ESCOLAR
UND	12	GRAMPEADOR TRAPACEIRO ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL
UND	30	PRANCHETAS
UND	12	PINCEL PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL
UND	01	QUADRO BRANCO 90 X 120
UND	01	CONFECÇÃO DE CENÁRIO DO GRUPO DE TEATRO
UND	40	BALDE 20 LTS COM TAMPA
UND	04	FURADEIRA
UND	30	BROCA PARA FURADEIRA Nº 1,5 MM
UND	30	BROCA PARA FURADEIRA Nº 4,5 MM
UND	10	PÁ DE BICO COM CABO DE MADEIRA 71 CM
UND	20	PAZINHA LARGA COM CABO DE MADEIRA
UND	10	PÁ QUADRA AJUNTADEIRA
UND	10	ENXADA LARGA COM CABO DE MADEIRA 1M
UND	10	FORQUILHA GARFO 4MM
UND	15	TESOURA DE PODAR
UND	10	FAÇÃO 14”
PCT	82	PALHA NATURAL PACOTE COM 2KG
PCT	100	SERRAGEM FINA PACOTE COM 1,5KG





	UND	100	<b>PREMIAÇÃO PARA OS ALUNOS VENCEDORES DAS TAREFAS A SEREM REALIZADAS NA AÇÃO: GINCANAS PEDAGÓGICAS:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MEDALHAS DE HONRA AO MÉRITO EM METAL COM FITA, COM ACABAMENTO EM OUR.</li> <li>• LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIAS INFANTIS CLÁSSICAS.</li> <li>• TROFÉU PARA OS 03 PRIMEIROS COLOCADOS NAS GINCANAS. OS TROFÉUS DE HONRA AO MÉRITO EM BASE PRETA COM 8CM DE LARGURA, 7CM DE ALTURA, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO INJETÁVEL POLIESTIRENO, ACIMA ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL MEDINDO 17CM.</li> </ul>
	UND	30	
	UND	03	
LOTE	UND	QTD	DETALHAMENTO DA DESPESA - COMBUSTÍVEL
0007	LT	1170	GASOLINA

4.2. As quantidades referidas nos itens anteriores refletem os quantitativos pactuados no Termo de Convênio nº 9066060/2020 – Prefeitura Municipal de Major Sales/Fundação Nacional de Saúde, não podendo ser alteradas durante a execução dos contratos.

4.3. A estimativa da quantidade dos produtos ou dos serviços não configura responsabilidade do contratante em adquiri-las, não estando a Prefeitura Municipal de Major Sales, adstrita a qualquer consumo ou cota mínima, caso haja cancelamento do mencionado convênio.

## DA DESPESA

5. A despesa total relativa ao objeto tencionado é estimada em R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) para todos os lotes em disputa, provindos do convênio nº 9066060/2020-MS – Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e próprios, consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual, exercício de 2022.

## DO CREDENCIAMENTO

6. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no sistema BBMNET, no endereço eletrônico [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br), conforme disposto no art. 5º, § 2º, do Decreto Federal 10.024/2019, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET, site [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br). As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio da mencionada plataforma.

6.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das



credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema BBMNET e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

6.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular junto a plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET, site [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br) - Bolsa Brasileira de Mercadorias.

7.1. Não poderão participar direta ou indiretamente, deste Pregão Eletrônico ou da execução dos contratos dele decorrente:

7.1.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, consoante as disposições do art. 33, caput, da Lei nacional nº 8.666/1993;

7.1.2. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.1.3. Empresas que hajam tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

7.1.4. Empresas que utilizem, na prestação de serviços (fornecedoras de mão de obra), empregados que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores da Prefeitura Municipal de Major Sales, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre o município de Major Sales ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, na forma da legislação pertinente;

7.1.5. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, pelo órgão que o praticou, bem como as que tenham sido punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este município, além das empresas com impedimento de licitar e contratar com órgãos da administração pública, durante o prazo da sanção aplicada.

7.1.6. Empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame.

8. Como condição para participação nesta licitação, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo





próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

8.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, modelo do anexo “IV” do edital;

8.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.2. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, na forma do art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, modelo do anexo “IV” do edital;

8.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, modelo do anexo “IV” do edital;

8.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, modelo do anexo “IV” do edital;

8.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009, modelo do anexo “IV” do edital;

8.6. Que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, bem como não se enquadra nos demais impedimentos do artigo 9º da Lei 8.666/93, modelo do anexo “IV” do edital;

8.7. Que está ciente e concorda com as condições contidas no instrumento convocatório e seus anexos e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias, modelo do anexo “IV” do edital;

9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

10.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de



habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

10.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11. A participação de qualquer licitante no certame, requer a apresentação dos documentos de habilitação da seguinte forma:

11.1. Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

11.2. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro/equipe de apoio.

11.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

11.4. Documentos de procedência estrangeira, emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

## DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

12. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: **a)** valor unitário e total por item, **b)** quantitativos, e se for o caso, **c)** marca/modelo e **d)** fabricante.

12.1. A proposta deverá ser anexada, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, consoante as disposições do Termo de Referência.

12.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação constante do Termo de Referência.

12.3. Todas as especificações e informações do objeto contidas na proposta apresentada vinculam integralmente a contratada.

12.4. A proposta deverá explicitar os preços referentes a cada item, inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos produtos e execução dos serviços.

12.5. O prazo de validade da proposta não poder ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão/abertura da sessão de apuração do certame.

12.6. As licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação por eles apresentados, até o término do prazo para recebimento, item 10.4 deste edital.

12.7. As empresas deverão na elaboração de suas propostas verificar a diferença de impostos, considerando que uma vez apresentadas não caberá desistência.

## DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13. A partir do horário estabelecido no instrumento convocatório, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro.

13.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

13.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante em qualquer dos campos de preenchimento obrigatório no sistema, tais como descrição do objeto e valor.

13.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos participantes.

13.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

15. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

## DA ETAPA DE LANCES

16. No horário previsto, iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

17. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



18. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
19. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
20. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 20.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item 20, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 20.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
21. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
22. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os itens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao gestor do sistema BBMNET [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br), para adoção das medidas cabíveis;
- 22.1. Na hipótese do item anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio da plataforma do sistema BBMNET, endereço eletrônico [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br).
23. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
24. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
25. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
26. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DESEMPATE

27. O critério de julgamento adotado será o menor valor por item, observadas as disposições



estabelecidas na Lei nº 8666/93 e todas as condições definidas neste edital.

28. Caso as licitantes se abstenham de apresentar lances, estas, concorrerão apenas com o valor de sua proposta.

29. A ordem de apresentação dos lances pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances.

29.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

29.1.1. Produzidos no País, na forma do art. 3º, § 2º, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

29.1.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras, art. 3º, § 2º, III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

29.1.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País, art. 3º, § 2º, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

29.1.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

29.2. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## DA LICITANTE ARREMATANTE

30. O pregoeiro poderá negociar exclusivamente pelo sistema, em campo próprio, a fim de obter uma melhor proposta para administração municipal de Major Sales/RN.

30.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

30.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

30.3. Definido o valor final da proposta, o pregoeiro convocará a arrematante para anexar em campo próprio do sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a proposta de preços com os respectivos valores readequados ao último lance ofertado.

30.4. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.



30.5. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

30.6. O descumprimento dos prazos estabelecidos nos subitens 30.3 e 30.5 é causa de desclassificação da licitante, sendo convocada a licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

30.7. Durante a fase de negociação da proposta, o pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, será desclassificada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.

## DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

31. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

31.1. O critério de julgamento das propostas será o menor preço por lote, observando o valor máximo aceitável para cada produto estabelecido na pesquisa mercadológica:

31.2. Para fins de aceite da proposta, os preços unitários devem ser menores ou iguais aos preços unitários estabelecidos na pesquisa mercadológica, com base no inciso art. 40, X, da Lei nº 8.666/1993.

32. A licitante remanescente que esteja enquadrada no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo pregoeiro, será convocada na ordem de classificação, no “chat de mensagem”, para ofertar novo lance, inferior ao melhor lance registrado no item, para, no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência.

33. Na forma do art. 48, da Lei Nacional nº 8.666/93, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

33.1. Não atendam às exigências do instrumento convocatório da licitação, contenha vício insanável ou de ilegalidade;

33.2. Não apresente os quantitativos e as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

33.3. Apresentar preço final (após a fase de lance) superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, sem devida comprovação de sua exequibilidade.







33.4. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.

34. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

34.1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

34.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas que comercializam produtos ou executam serviços de natureza equivalente;

34.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a administração ou com a iniciativa privada;

34.4. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias e oportunas para esclarecimento da contenda.

35. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

36. A proposta comercial atualizada, adequada ao último lance ofertado, deverá ser encaminhada juntamente com a documentação de credenciamento e habilitação à Comissão Especial de Licitação, com sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP. 59.945-000, Centro, Major Sales/RN, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contadas a partir de sua solicitação.

36.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

36.2. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no mesmo prazo descrito no item 36, sob pena de não aceitação da proposta

36.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.



37. No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, na forma do art. 47, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

38. Na hipótese de necessidade da suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou dos documentos apresentados para habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

39. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## DA HABILITAÇÃO

40. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

40.1. SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores da Administração Pública, art. 3º, IX, do Decreto nº 10.024/2019, respeitadas as disposições da súmula nº 274 - TCU;

40.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

40.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

40.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, art. 337-M, do Decreto Lei nº 2.848/1940;

40.5. Os cadastros de que tratam os subitens “40.2”, “40.3” e “40.4” serão consultados através de Consulta Consolidada Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

40.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

40.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



40.6.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

40.6.3. Em caso positivo, o licitante será devidamente convocado para manifestação prévia à sua desclassificação.

40.6.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

40.7. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação preliminar dos licitantes será verificada por meio dos documentos anexados na plataforma do sistema BBMNET, site [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br), na forma do instrumento convocatório, em relação à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômica financeira.

40.7.1. É dever do licitante anexar previamente na plataforma do BBMNET, site [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br) os documentos inerentes à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômica financeira.

40.7.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida (s), conforme dispõe o art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

40.8. Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar, via plataforma do sistema BBMNET, site [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br) nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir especificados:

#### 40.8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

#### 40.8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 40.8.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

#### 40.8.4. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

### DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

40.8.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual ou documento equivalente registrado na Junta Comercial do Estado sede da licitante;

40.8.1.2. A to Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;



40.8.1.3. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, documento comprobatório do registro como MEI, conforme previsto na Resolução CGSIM n. 16, de 17 de dezembro de 2009, que substitui o Requerimento de Empresário para todos os fins.

40.8.1.4. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura da diretoria em exercício;

40.8.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

40.8.1.6. Cópia legível da cédula de Identidade e do CPF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda inerente a todos sócios que integram o quadro societário da empresa.

## DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

40.8.2.1. As licitantes interessadas na execução dos serviços, objeto do Lote 01, deverão apresentar para qualificação técnica os seguintes documentos:

40.8.2.1.1. Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), da sede ou domicílio do licitante (Pessoa Jurídica) art. 30, I, da Lei 8.666/93, válida na data da sessão pública de apuração do certame, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência;

40.8.2.1.2. A capacitação técnico-operacional do licitante, requer à apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à Serviços de Assessoria e Consultoria Ambiental;

a) A capacidade Técnico-operacional a que se refere o subitem 40.8.2.1.2 consiste na qualidade pertinente à empresa como unidade jurídica e econômica, indicando que esta participara anteriormente de contrato com objeto semelhante ao que administração pretende contratar, por ela se reúne a capacidade da empresa, comprovada através de atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada;

40.8.2.1.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) com formação em engenharia ambiental ou especializado na mesma área, que participará da execução do serviço;

a) A capacidade Técnico-profissional a que se refere o subitem 40.8.2.1.3, requer que a empresa licitante tenha em seu quadro permanente, profissional(i)s (pessoa(s) física(s)) em cujo acervo técnico conste a responsabilidade pela execução de serviços semelhante àquele pretendido pela administração, mediante a apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT, documento emitido

por Conselho competente.

40.8.2.1.4. Apresentação de Certidão de quitação de Pessoa Física (profissional) e jurídica (empresa), mediante documento emitido por Conselho competente;

40.8.2.2. As licitantes interessadas no objeto dos demais Lotes, deverão apresentar para qualificação técnica os seguintes documentos:

40.8.2.2.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, art. 30, II, da Lei nº 8.666/93.

40.8.2.2.2. Apresentar somente os atestados necessários e suficientes para comprovação das exigências editalícias.

## DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

40.8.3.1. Apresentação de certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando a certidão não trazer em si a data de sua validade, será considerada como válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua emissão.

40.8.3.2. Comprovação de ser a empresa licitante dotada de capital social devidamente integralizado ou de patrimônio líquido igual ou superior a 5% (cinco) do valor estimado para a contratação, consoante as disposições no art. 31, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

40.8.3.2.1. As empresas que se enquadram na Condição de Microempreendedor Individual – MEI, não estão obrigadas a apresentar a comprovação de capital social solicitada na forma do item 40.8.3.2, do instrumento convocatório, em face do tratamento diferenciado que lhe é assegurado por lei.

40.8.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

40.8.3.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, prerrogativa que lhes assegura o direito a substituição do balanço pela DEFIS.

40.8.3.3.2. Quando for o caso, Declaração Anual do SIMEI, para as empresas que se enquadram na Condição de Microempreendedor Individual, “Simples Nacional”.

40.8.3.3.3. Serão aceitas fotocópias do balanço e das demonstrações contábeis gerados pelo sistema público de escrituração digital – SPED Fiscal.



## DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

40.8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

40.8.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

40.8.4.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, (Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social**, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014), na forma da lei;

40.8.4.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou equivalente, na forma da lei;

40.8.4.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** ou **Distrital** do domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou equivalente, na forma da lei;

40.8.4.6. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia** por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

40.8.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) devidamente atualizada, nos termos da Lei 12.440/2011);

40.8.5. Por ocasião da apresentação dos documentos inerentes a habilitação, as licitantes deverão ainda, exhibir:

40.8.5.1. Declaração firmada pela licitante, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma do art. 27, V, da Lei nº 8.666/93 (Lei nº 9.854/1999), conforme modelo do anexo "IV" deste edital.

40.8.6. Os documentos solicitados pelo Pregoeiro durante a sessão pública deverão ser remetidos pela opção "Enviar Anexo" do sistema BBMNET [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br) ou, excepcionalmente, através do e-mail: [pmms@gmail.com.br](mailto:pmms@gmail.com.br) - Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.



40.8.6.1. Os originais ou cópias autenticadas dos documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema BBMNET poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro. Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Comissão Especial de Licitações da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, situada na Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, CEP nº 59.945-000, Major Sales/RN.

40.8.7. O envio das declarações de inexistência de fato superveniente e de que a empresa não emprega menor (subitem 40.8.5.1) será de forma virtual, ou seja, o licitante, no momento da elaboração e envio da proposta, também enviará as referidas declarações, as quais somente serão visualizadas pelo pregoeiro na fase de habilitação, quando também poderão ser alteradas ou reenviadas pelos licitantes, por solicitação do pregoeiro.

40.8.8. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

40.8.9. A licitante deverá declarar quaisquer fatos supervenientes à inscrição cadastral impeditivos de sua habilitação, conforme modelo do anexo IV, do presente edital.

40.8.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

40.8.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

40.8.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

41. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, será concedido o prazo mínimo de até 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

42. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

42.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as

condições de admissibilidade do recurso.

42.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

42.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

42.4. Os recursos serão dirigidos à Prefeitura Municipal de Major Sales/RN por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-los à gestora municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

43. O acolhimento do recurso eventualmente interposto, invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

44. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

## DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

45. A sessão pública inerente a apuração do certame em epígrafe, poderá ser reaberta, na forma do art. 47, parágrafo único do Decreto Federal nº 10.024/2019:

45.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

45.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

46. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para querendo acompanharem a sessão reaberta.

46.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

46.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema BBMNET, site [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais



atualizados.

## DA ADJUDICAÇÃO E MOMOLOGAÇÃO

47. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela Prefeita Municipal de Major Sales, após a regular decisão dos recursos apresentados.

47.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a Prefeita Municipal de Major Sales/RN, Sra. Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes, adjudicará e homologará o procedimento licitatório, na forma do art. 13, V e VI, do Decreto nº 10.024/2019.

## DO TERMO DE CONTRATO

48. Sem prejuízo do disposto nos Capítulos - III a IV da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, os contratos referentes à execução do projeto de educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, abrangerá o objeto da presente licitação, será formalizado e conterà, necessariamente, as condições já especificadas neste ato convocatório.

48.1. Por força das disposições do art. 44 da Portaria Interministerial nº 127/2008, as empresas contratadas comprometem-se a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

48.2. Quaisquer condições apresentadas pela licitante vencedora em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado.

## DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

49. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, convocará oficialmente as licitantes vencedoras durante a validade das propostas para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo do previsto no artigo 81 da Lei N.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei N.º 10.520 de 17 de julho de 2002 e nas regras estabelecidas neste edital.

49.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

50. É facultado ao Pregoeiro, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação,



para fazê-lo, examinada, quanto ao objeto e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, independentemente da cominação do previsto no artigo 81 da Lei N.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e no artigo 7º da Lei N.º 10.520 de 17 de julho de 2002 e nas regras estabelecidas neste edital.

50.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato resultante deste Pregão Eletrônico, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

## DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

51. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei N.º 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

52. O prazo para execução do objeto desta licitação é de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2022, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

53. O prazo de entrega dos produtos solicitados deverá ser de no máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da Ordem de Compra pela contratada, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Saúde como órgão contratante, sito à Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN, em parcelas conforme solicitação do setor competente.

53.1. O prazo de execução dos serviços solicitados deverá ser de no máximo de 90 (noventa) dias após o recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Saúde como órgão contratante, sito à Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN, em parcelas conforme solicitação do setor competente

53.2. As empresas contratadas ficarão obrigadas a substituir os produtos ou os serviços que vierem a ser recusados por não atenderem às especificações do Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do novo produto será de até 72h00min contadas do recebimento da notificação.

54. O prazo de validade dos produtos e garantia dos serviços não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento, na forma do subitem 13.8 do Termo de Referência.

## DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

55 O prazo de vigência dos contratos resultantes desta licitação será da data de sua assinatura até 31





de dezembro de 2022, com validade e eficácia legal após publicação no Diário Oficial da União, através do site [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site [www.femurn.org.br](http://www.femurn.org.br) e no Diário Oficial do Município de Major Sales/RN, site [www.majorsalesrn.gov.br](http://www.majorsalesrn.gov.br), além de divulgado no site Oficial da Prefeitura Municipal de Major Sales, no endereço eletrônico [www.majorsalesrn.gov.br](http://www.majorsalesrn.gov.br) e no Mural da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, em cumprimento às disposições do art. 21, incisos I, II e III da Lei nº 8.666/93, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração.

## DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO

56. A Prefeitura Municipal de Major Sales, através da Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável pelos atos de controle e administração dos contratos decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado, respeitada a ordem de classificação e os quantitativos a serem adquiridos e o fornecedor/prestador para o qual será emitido o pedido/autorização.

57. Somente quando o primeiro classificado não aceitar fornecer os produtos ou executar os serviços, será indicado o segundo e assim sucessivamente, podendo ser indicado mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido for superior à capacidade do licitante da vez.

57.1. No caso de agrupamento de itens em lotes, os pedidos apenas poderão ser realizados em relação a todos os itens que compõem o grupo, de forma proporcional, para fins de manutenção da vantajosidade aferida do procedimento de escolha do particular na licitação, conforme jurisprudência do TCU.

58. A convocação do proponente pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, será formalizada e conterà o endereço e prazo máximo em que deverá comparecer para retirar o respectivo pedido.

59. O proponente convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas no contrato estará sujeito às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.

60. Quando comprovada a hipótese acima, a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, poderá indicar o próximo fornecedor/prestador, ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

## DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

61. Às licitantes vencedoras caberá ainda, assumir todas as obrigações sociais, comerciais e fiscais, além de:

61.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez





que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN;

61.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos produtos ou execução dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN;

61.3. Assumir ainda todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento dos produtos ou execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

61.4. Assumir, também a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação;

62. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

## DAS OBRIGAÇÕES

63. Constituem obrigações das partes, o implemento das disposições constantes deste Edital, Termo de Referência, Contrato e demais elementos constitutivos.

## DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

64. Os produtos e os serviços objeto do certame, será recebido na forma dos itens 12, 13 e 21 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## DA ATESTAÇÃO

65. A atestação das faturas é o registro formal de recebimento provisório dos produtos e dos serviços executados, promovido pelo fiscalizador do contratado, que significa o reconhecimento do cumprimento de cada parcela remunerável do objeto. Trata-se de elemento imprescindível para liquidação da despesa.

65.1. A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento dos produtos e dos serviços objeto da presente Licitação, caberá a gestora da secretaria municipal requisitante ou ao secretário municipal da administração e planejamento da Prefeitura Municipal de Major Sales, como órgão contratante.

## DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA







66. Os recursos orçamentários para fazer face as despesas com a aquisição dos produtos e dos serviços objeto dos contratos, são provenientes do Convênio nº 9066060/2020-MS – Fundação Nacional de Saúde – Prefeitura Municipal de Major Sales, os quais encontram-se alocados na LOA - Lei Orçamentária Anual, exercício 2022, consoante as disposições da Lei Municipal nº 489/2022.

66.1. As despesas com a aquisição dos produtos e execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação, serão custeadas com recursos do Convênio nº 9066060/2020, consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual, atividade: 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO – FONTE Nº 17000000; 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.31.00 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTE E OUTRAS – FONTE Nº 17000000; E 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA – FONTE Nº 17000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTO CONGÊNERES DA UNIÃO, consoante as disposições da Lei Municipal nº 489/2022.

## DO PAGAMENTO

67. Os pagamentos serão realizados mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo contratante, em parcelas de acordo com o recebimento dos produtos ou dos serviços, obedecidas as regras da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, que trata da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

68. A adjudicatária deverá protocolar a solicitação de cobrança junto ao setor competente, para liquidação e pagamento da despesa pelo município de Major Sales/RN.

68.1. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões que comprovem a regularidade fiscal (prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS) e trabalhista (prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – CNDT).

69. Os documentos de cobrança deverão ser entregues por meio eletrônico, através do e-mail: [pmmsalesrn@gmail.com](mailto:pmmsalesrn@gmail.com), ou diretamente na Secretaria Municipal de Finanças, com Sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN.

70. A liberação da Nota Fiscal/Fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto do setor solicitante, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

71. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

72. Após o cumprimento das providencias de que trata o item anterior, a documentação deverá ser

imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento, o qual respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, classificada por fonte diferenciada de recursos, e os seguintes prazos:

72.1. De até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, assim definidas nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução 32/2016 TCE/RN;

72.2. De no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos, como preve a alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

73. À Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a entrega dos produtos/execução dos serviços, esses não estiverem em perfeitas condições de acordo com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

74. No caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$   
Onde:  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela a ser paga.  
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:  
 $I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644$   
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

74.1. A compensação financeira prenunciada no item anterior será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

## DO REAJUSTAMENTO

75. Não haverá reajustamento nos preços propostos, o preço a ser contratado, tido como vencedor do presente certame, será fixo e irajustável, nos termos da legislação em vigor, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...];

II - por acordo das partes:

[...];

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa



remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. [...].”

75.1. Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato superveniente, ocorrido após o período de 12 (doze) meses, que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitados, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

## DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

76. Os contratos resultantes da licitação adotada para aquisição dos produtos e execução dos serviços, poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da administração e do contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

76.1. A recomposição contratual deve ser promovida nos limites para o restabelecimento do equilíbrio econômico - financeiro do contrato, não podendo ser utilizada para favorecer a empresa contratada. TCU Acórdão 1431/2017 - Plenário.

## DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

77. No interesse da administração municipal de Major Sales/RN, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei Nº 8.666/93.

77.1. As empresas vencedoras desta licitação ficam obrigadas a aceitar nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou, supressões que se fizerem necessários;

77.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

## DOS DEVERES DO CONTRATANTE

78. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas e condições deste instrumento, na forma da legislação vigente.

79. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma e prazo estabelecidos neste instrumento, após cumpridas as formalidades legais.



80. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

## DA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

81. A fiscalização dos contratos será exercida por servidor designado por meio de portaria editada pela gestora municipal de Major Sales, o qual, encaminhará a nota de empenho para empresa, e registrará o recebimento, fiscalizará o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, comunicando a autoridade competente as irregularidades.

81.1. Não obstante a empresa vencedora da licitação seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos produtos e execução dos serviços, a Prefeitura Municipal de Major Sales, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do contrato, diretamente pelo secretário municipal solicitante, seu substituto legal ou por outros servidores especialmente designados;

81.2. As providências que ultrapassarem a competência da secretaria municipal solicitante deverão ser comunicadas por esta em tempo hábil a gestora da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato.

## DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

82. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato; não entregar a documentação exigida no edital; apresentar documentação falsa; causar o atraso na execução do objeto; não manter a proposta; falhar na execução do contrato; fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; declarar informações falsas; e cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e de contratar com o município de Major Sales e será descredenciado no Sicafe ou de outros sistemas de cadastramento, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa.

83. Pela inexecução parcial ou total do Contrato, as licitantes vencedoras ficarão sujeitas a uma ou mais das sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam: a) advertência; b) multa; c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com órgãos da administração pública/município de Major Sales/RN, por prazo não superior a 2 (dois) anos; d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, a serem aplicadas pela autoridade competente do município de Major Sales/RN, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

83.1. As sanções previstas no item anterior, alíneas “a”, “c” e “d”, poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do item anterior; a ser(e)m aplicada(s) pela autoridade competente da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa,



sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

84. Caso as licitantes vencedoras não forneçam os produtos ou executem os serviços nas condições e prazo avençados, estará sujeita a multa moratória por dia de atraso injustificado, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

84.1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado das obrigações estabelecidas no Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

84.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, no caso de inexecução parcial, e 20% (vinte por cento) no caso de inexecução total do objeto contratado, sobre o valor total do Contrato.

85. No caso de não recolhimento do valor da multa por meio do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será automaticamente descontada dos créditos a que fizer jus a CONTRATADA, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e, se for superior a estes, será abatido do valor da garantia de execução do Contrato, se houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

86. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no item 90 deste capítulo e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, através do site [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site [www.femurn.org.br](http://www.femurn.org.br) e no Diário Oficial do Município de Major Sales/RN, site [www.majorsales.m.gov.br](http://www.majorsales.m.gov.br) e divulgados no site Oficial da Prefeitura Municipal de Major Sales, no endereço eletrônico [www.majorsales.rn.gov.br](http://www.majorsales.rn.gov.br) e no Mural da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

87. Em qualquer das hipóteses de aplicação de sanções previstas neste capítulo, é assegurada defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação à licitante vencedora, salvo no caso de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

88. Os recursos quando da aplicação das penalidades previstas no item 90 deste capítulo e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da lavratura da ata.

89. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato. (conforme inciso III do art. 109 da Lei de Licitações).

## DA RESCISÃO CONTRATUAL





90. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei N° 8.666/93.

90. Constituem motivo para rescisão dos contratos provenientes da realização do Pregão Eletrônico nº 2022.06.23.025:

90.1. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos e prazos, principalmente no que se refere:

90.1.1. A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da empresa contratada realizar a entrega dos produtos ou a execução dos serviços nos prazos estabelecidos;

90.1.2. O atraso injustificado no início do fornecimento dos produtos ou na execução dos serviços durante o exercício de 2022;

90.1.3. A paralisação total ou parcial no fornecimento dos produtos ou na execução dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à administração municipal;

90.1.4. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

90.1.5. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores;

90.1.6. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, em sua redação atual;

90.1.7. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil por parte da licitante adjudicatária;

90.1.8. A dissolução da sociedade empresarial ou o falecimento do responsável pela empresa contratada;

90.1.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

90.1.10. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

90.1.11. A supressão, por parte da administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, em sua



redação atual;

90.1.12. A suspensão do fornecimento, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

90.1.13. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração municipal, decorrentes do fornecimento dos produtos, execução dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

90.1.14. A não liberação, por parte da administração da ordem de fornecimento, nos prazos contratuais;

90.1.15. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

90.1.16. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, em sua redação atual, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

90.1.17. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

90.2. A rescisão do contrato a que se refere o item 92 deste edital, quando pretendida poderá ser:

90.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da gestora da Prefeitura Municipal de Major Sales, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

90.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN;

90.2.3. Judicial, consoante as disposições da legislação vigente, aplicáveis a matéria da espécie.

90.2.4. Quando a rescisão ocorrer com base no item 90.1, subitens 90.1.10 e 90.1.15, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito à devolução da garantia, se for o caso.

91. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



91.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## DO IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

92. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, exclusivamente na forma eletrônica, através do endereço eletrônico [cpl.msales@gmail.com](mailto:cpl.msales@gmail.com).

92.1. O Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidirá sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis, e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.

92.2. A impugnação deverá vir acompanhada de documentos que comprovem os poderes do signatário para representar a licitante (contrato social, no caso de sócio e procuração acompanhada de contrato social no demais caso).

93. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço [cpl.msales@gmail.com](mailto:cpl.msales@gmail.com).

93.1. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

94. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

95. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

96. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

97. Nenhuma indenização será devida as licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.

98. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

99. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do



licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

100. Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as especificações técnicas dos produtos ou dos serviços para classificação inferior as constantes no Termo de Referência, podendo no entanto terem tipificação proeminentemente.

101. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar diligências junto às licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, podendo solicitar quaisquer esclarecimentos que julgar necessários, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida (s), conforme faculta o art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

102. Na forma da Lei, a critério da gestora da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, este Pregão Eletrônico poderá:

102.1. Ser anulado de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, se houver ilegalidade, na forma do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

102.2. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei N.º 8.666/93;

102.2.1. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado no subitem anterior;

102.3. Ser revogado, a juízo da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

102.4. Ter a data de apuração transferida, por conveniência exclusiva da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, consoante as disposições do § 4º, art. 21 da Lei Nº 8.666/93;

103. Simples omissões ou irregularidades sanáveis e irrelevantes, assim entendidas aquelas que não alterem a substância das propostas, dos documentos bem como de sua validade jurídica, e que não causem prejuízo à Administração e aos Licitantes, poderão ser relevadas.

104. As licitantes vencedoras deverão adequar sua proposta ao seu último lance ou negociação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data em que foi declarada vencedora. A não apresentação ensejará aceitação tácita dos valores constantes no relatório de vencedores emitido pelo sistema eletrônico, valendo para ata de registro de preços e contrato os valores constantes no referido

relatório.

105. Onde, eventualmente, for citada alguma marca, essa será referencial, podendo ser substituída por equivalente.

106. Os casos omissos neste edital serão decididos pelo pregoeiro, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito nos limites de suas atribuições.

107. Para quaisquer informações ou esclarecimentos, os interessados poderão dirigir-se, das 8h00min às 17h00min, à administração, através do Pregoeiro ou pelo telefone número (84) 9997:7295 – whatsapp ou pelo e-mail: [cpl.msales@gmail.com](mailto:cpl.msales@gmail.com).

## DOS ELEMENTOS DA LICITAÇÃO - ANEXOS

108. Os elementos necessários à perfeita caracterização do objeto da presente licitação e que farão parte integrante deste edital, independentemente de transcrição, são os seguintes:

108.1. Anexo - I = Termo de Referência contendo os quantitativos, as especificações técnicas e todos os elementos que norteiam o processo licitatório para execução de projeto de educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, a fim de atender demanda específica da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN.

108.2. Anexo - II = Modelo de Carta Proposta e planilha de formação de preço, para que a empresa por intermédio de seu representante apresente sua proposta, prazo de validade, declare ser a proposta firme e concreta nos termos do edital.

108.3. Anexo - III = Minuta do Termo de Contrato que será firmado que entre a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN e as licitantes vencedoras da presente licitação.

108.4. Anexo - IV = Modelo de Declarações destinadas a comprovação de regularidade social e disposições editalícias, item 8 e subitem 40.8.5.1.

## DO FORO COMPETENTE

109. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, não podendo ser invocadas tais informações para suportar recursos ou servidor como prova, a que título for.

110. Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de Luís Gomes/RN, com renúncia dos demais por mais privilegiado que sejam, para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação, bem como do



contrato a ser celebrado, depois de esgotadas todas as vias administrativas, na forma do art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93

Major Sales/RN, 29 de junho de 2022.

LINDONJONHSON DA SILVEIRA BATISTA  
Pregoeiro - Portaria nº 002/2022



# EDITAL Nº 2022.06.23.025 "ANEXO I" Secretaria Municipal de Saúde

A

Exma. Sra.

Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes

Prefeita Municipal de Major Sales/RN

## TERMO DE REFERÊNCIA

DESTINADO A CONTATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL, VOLTADO PARA SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DE SANEAMENTO NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE MAJOR SALES, A FIM DE ATENDER DEMANDA ESPECÍFICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAJOR SALES/RN, COM RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 9066060/2020, CONSIGNADOS NA LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - EXERCÍCIO 2022, NAS CONDIÇÕES ASSEGUIR DESCRITAS, CONSOANTE AS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

### DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente Termo de Referência: A escolha de empresa especializada para executar projeto de educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, a fim de atender demanda específica da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN, com recursos do Convênio nº 9066060/2020, consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2022, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no termo de referência, consoante as disposições da legislação vigente.

1.1. Os produtos e os serviços ofertados pelas licitantes deverão obrigatoriamente, atender as disposições do art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90, no que se refere a observação das normas de qualidade e padrões estabelecidos pelos órgãos competentes de controle e fiscalização.





**DA JUSTIFICATIVA**

2. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se pela necessidade no desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando sobretudo à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, consideradas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.1. Os produtos e os serviços ofertados deverão atender rigorosamente às especificações constantes da tabela a seguir, observado no que couber os esclarecimentos constantes no edital. As quantidades e características do objeto da referida contratação são:

<b>EXECUÇÃO DE PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE MAJOR SALES/RN</b>			
<b>LOTE</b>	<b>UND</b>	<b>QTD</b>	<b>DETALHAMENTO DA DESPESA - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS</b>
0001	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL CAPACITADO PARA MINISTRAR O SEMINÁRIO SOBRE SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINAS SOBRE AS BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINAS SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINAS DE REUTILIZAÇÃO DE GARRAFA PET.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL CAPACITADO PARA REALIZAR A OFICINA DE PINTURAS E ARTE EM VIDRO.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINAS DE RECICLAGEM DE PNEUS.
	H/A	24	CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS PARA MINISTRAR OFICINAS DE TEATRO SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL.
	H/A	16	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA ORIENTAR E REALIZAR RODAS DE CONVERSAS JUNTAMENTE COM A EQUIPE TÉCNICA E MORADORES DAS COMUNIDADES RURAIS.
	H/A	24	PROFISSIONAL CAPACITADO PARA COORDENAR AS GINCANAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS.
	H/A	24	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA REALIZAR UMA CAPACITAÇÃO COM OS CATADORES DE LIXO VOLTADA AO DESCARTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.
	H/A	24	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA COORDENAR A REALIZAÇÃO DA FEIRA DE CIÊNCIA SOBRE SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL LOCAL.
	H/A	40	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA COORDENAR A REALIZAÇÃO DAS OFICINAS DE COMPOSTAGEM.
H/A	60	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA MINISTRAR UM CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS.	
<b>LOTE</b>	<b>UND</b>	<b>QTD</b>	<b>DETALHAMENTO DA DESPESA – LOCAÇÃO DE EQUIP. E INFRAESTRUTURA</b>
0002	DIA	08	LOCAÇÃO DE SISTEMA SONORO DE MÉDIO PORTE.
	DIA	06	LOCAÇÃO DE TENDA TIPO PIRAMIDE 4 X 4.



LOTE	UND	QTD	DETALHAMENTO DA DESPESA – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
0003	DIA	05	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO.
	DIA	49	LOCAÇÃO DE VEÍCULO MÉDIO PARA DESLOCAMENTOS DOS BENEFICIÁRIOS COM AS AÇÕES DE SUAS LOCALIDADES ATÉ A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES, HAJA VISTA, TER UMA DISTÂNCIA ENTRE UMA LOCALIDADE E OUTRA. ESSA AÇÃO SERÁ UTILIZADA NAS ATIVIDADES: OFICINAS, MUTIRÕES, RODAS E CONVERSA, NA CAPACITAÇÃO DOS CATADORES DE LIXO E NA FORMAÇÃO DOS AGENTES AMBIENTAIS.
	DIA	04	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS SERÁ UTILIZADO NA FEIRA DE CIÊNCIAS E NAS GINCANAS PEDAGÓGICAS.

LOTE	UND	QTD	DETALHAMENTO DA DESPESA - ALIMENTAÇÃO
0004	UND	82	ÁGUA MINERAL (CAIXA COM 12 UNIDADES DE 500 ML).
	UND	1.500	<b>LANCHE “KIT LANCHE EMBALADO (UM LÍQUIDO, UM SÓLIDO E UMA FRUTA)”</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>OPÇÃO 01:</b> QUATRO PEQUENOS SALGADOS (SABORES DIVERSOS), UMA FATIA DE BOLO (SABORES DIVERSOS) E UM COPO DE BEBIDA (SABORES DIVERSOS) DE 150 ML, UMA FRUTA (DIVERSAS).</li> <li>• <b>OPÇÃO 02:</b> UMA FATIA DE PIZZA, UMA FATIA DE BOLO (SABORES DIVERSOS), UM COPO DE BEBIDA (SABORES DIVERSOS) DE 150ML, UMA FRUTA (DIVERSAS).</li> <li>• <b>OPÇÃO 03:</b> SALADA DE FRUTA EM COPO DE 200 ML, UMA FATIA DE BOLO (SABORES DIVERSOS), UM COPO DE BEBIDA (SABORES DIVERSOS) DE 150 ML, UMA FRUTA (DIVERSAS).</li> </ul> <b>OBSERVAÇÃO: AS BEBIDAS PODERÃO SER: REFRIGERANTES, SUCOS OU BEBIDAS LÁCTEAS E DEVERÃO SER SERVIDOS GELADOS.</b>

LOTE	UND	QTD	DETALHAMENTO DA DESPESA - SERVIÇOS GRÁFICOS, EDITORIAIS E VISUAIS
0005	UND	230	CONFECÇÃO DE CAMISAS PERSONALIZADAS, EM MALHA, MANGA CURTA.
	UND	130	CONFECÇÃO DE BONÉS PERSONALIZADOS.
	UND	07	CONFECÇÃO DE BANNERS PERSONALIZADOS.
	UND	230	CONFECÇÃO DE ECOBAG PERSONALIZADA.
	UND	130	CONFECÇÃO DE CARTILHAS SOBRE O TEMA.
	UND	02	FAIXA PERSONALIZADA.
	UND	06	CARTAZ.
	UND	800	CONFECÇÃO DE CERTIFICADOS.
UND	16	SERVIÇO DE FILMAGEM E FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES.	

LOTE	UND	QTD	DETALHAMENTO DA DESPESA – MATERIAL DE CONSUMO
0006	UND	1260	CANETA ESFEROGRÁFICA
	UND	860	BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 56 FOLHAS
	UND	1540	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS
	UND	20	ÁLCOOL EM GEL 1 L 70%
	UND	23	ÁLCOOL EM GEL 5 L 70%
	UND	85	CARTOLINA 50 X 66
	UND	25	PINCEL ANATÔMICO (AZUL, VERMELHO E PRETO)
	UND	20	PINCEL PARA QUADRO BRANCO (AZUL, VERMELHO E PRETO)
	UND	04	ROLO DE BARBANTE DE ALGODÃO COM 100 M
	UND	20	ESTILETES MÉDIOS COM LÂMINA DE 18 MM
	UND	200	LUVAS M E G EM ALGODÃO
	UND	16	PROTETOR SOLAR FPS 50
	UND	100	BOTAS GALOCHAS UNISSEX IMPERMEÁVEIS
	UND	04	SACOS DE LIXO (PACOTE COM 100 UNIDADES)
	UND	10	PISTOLA DE COLA QUENTE 12 MM
UND	02	BASTÃO DE COLA QUENTE 12 MM, PACOTE COM 35 UNIDADES TAMANHO G	



UND	20	COLA INSTANTÂNEA
UND	50	COLA BRANCA, TUBO COM 90 G
UND	10	COLA DE ISOPOR, 90 G
UND	20	RÉGUA 30 CM
UND	35	PACOTE DE EVA COLORIDO – PLACAS DE EVA COM 0,40 X 0,95 CM COM 10 FOLHAS
UND	10	ROLO DE FITA CREPE – FITA ADESIVA
UM	5	TECIDOS DE ALGODÃO
CX	10	TINTA ACRÍLICA PARA ARTESANATO COM 250 ML, CORES VARIADAS
UND	25	KIT DE PINCEIS (Nº 0, Nº 02, Nº 12, Nº 14)
UND	10	PINCEIS BROCHA
UND	10	ROLO DE ESPUMA 4 CM
UND	05	FLANELA
UND	05	MARCADOR PONTA FINA TINTA A ÓLEO
UND	05	SPRAY PREMIUM MULTIUSO
UND	15	TESOURA COM PONTA 21 CM
CX	01	LUVAS DESCARTÁVEIS (CAIXA COM 100 PARES)
M	10	ARAME FINO
UND	20	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, 3,61 CORES VARIADAS
UND	10	SOLVENTE
UND	05	ALICATE UNIVERSAL
UND	10	PINCEL DE 10 CM DE LARGURA
UND	10	KIT DE PINCEIS CHATO (Nº 22, Nº 16, Nº 8)
UND	02	CORDA NYLON FINA COM 400 M
UND	10	FACA DE COZINHA 7”
UND	10	LIXA FINA
UND	02	PALETA DE MAQUIAGEM (SOMBRA COM 28 CORES)
UND	07	ROLO DE TNT COM DIVERSAS CORES, 50 M
M	15	TECIDOS CORES VARIADAS
UND	15	LINHAS DE COSTURAS CORES VARIADAS
UND	20	PLACAS DE ISOPOR
UND	10	TINTA GUACHE ACRÍLICA-TUBO COM CORES VARIADAS, ATÓXICA, POTE COM 15 ML. CAIXA CONTENDO 6 UNIDADES
UND	05	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA (CAIXA COM 24 UNIDADES)
UND	20	LÁPIS DE COR (CAIXA COM 12, CORES VARIADAS)
UND	02	RESMA DE FOLHA DE PAPEL A4 75 G COM 500
UND	02	RESMA DE FOLHA DE PAPEL PESO 40 COM 100
UND	30	BORRACHA ESCOLAR
UND	12	GRAMPEADOR TRAPACEIRO ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL
UND	30	PRANCHETAS
UND	12	PINCEL PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL
UND	01	QUADRO BRANCO 90 X 120
UND	01	CONFECÇÃO DE CENÁRIO DO GRUPO DE TEATRO
UND	40	BALDE 20 LTS COM TAMPA
UND	04	FURADEIRA
UND	30	BROCA PARA FURADEIRA Nº 1,5 MM
UND	30	BROCA PARA FURADEIRA Nº 4,5 MM
UND	10	PÁ DE BICO COM CABO DE MADEIRA 71 CM
UND	20	PAZINHA LARGA COM CABO DE MADEIRA
UND	10	PÁ QUADRA AJUNTADEIRA
UND	10	ENXADA LARGA COM CABO DE MADEIRA 1M
UND	10	FORQUILHA GARFO 4MM
UND	15	TESOURA DE PODAR
UND	10	FACÃO 14”
PCT	82	PALHA NATURAL PACOTE COM 2KG

	PCT	100	SERRAGEM FINA PACOTE COM 1,5KG
	UND	100	<b>PREMIAÇÃO PARA OS ALUNOS VENCEDORES DAS TAREFAS A SEREM REALIZADAS NA AÇÃO: GINCANAS PEDAGÓGICAS:</b>
	UND	30	• MEDALHAS DE HONRA AO MÉRITO EM METAL COM FITA, COM ACABAMENTO EM OUR.
	UND	03	• LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIAS INFANTIS CLÁSSICAS.
	UND	03	• TROFÉU PARA OS 03 PRIMEIROS COLOCADOS NAS GINCANAS. OS TROFÉUS DE HONRA AO MÉRITO EM BASE PRETA COM 8CM DE LARGURA, 7CM DE ALTURA, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO INJETÁVEL POLIESTIRENO, ACIMA ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL MEDINDO 17CM.
LOTE	UND	QTD	DETALHAMENTO DA DESPESA - COMBUSTÍVEL
0007	LT	1170	GASOLINA

2.2. A Educação Ambiental para uma sustentabilidade justa é um processo de aprendizagem permanente, aprimorado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Um dos princípios básicos da Educação Ambiental nos afirma que, a mesma deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e construção da sociedade.

2.3. A solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir um futuro melhor, seja em vivência coletiva ou individual, e tudo isso está atrelado a relação que se estabelece entre sociedade e o meio ambiente.

2.4. É neste contexto, que se faz necessário desenvolver na comunidade de Major Sales/RN, um incansável trabalho educativo, que tenha como meta principal a sensibilização e conscientização do seu povo pela importância da preservação do meio ambiente, para tanto temos como enfoque as mobilizações sociais englobando todos os setores da sociedade, pelas quais os indivíduos possam assumir a postura de cidadão comprometido com o bem estar social, econômico e cultural.

2.4.1. O município de Major Sales/RN, vem passando por problemas sérios no que se refere aos aspectos ambientais, podemos listar os seguintes: devido as freqüentes estiagens nosso povo vem sofrendo com a falta de água e alimentos, o meio ambiente e os animais sofrem com a falta de chuva, pois as nossas matas ficam a cada dia mais secas, o que favorece as queimadas. É preciso, um trabalho orientador para que se reduza o índice de desmatamento e de queimadas, pois prejudica nossa natureza e polui o ambiente.

2.4.2. Outro fator, é a questão do lixo, não possuímos aterro sanitário, nosso lixo é lançado ainda em local a céu aberto, o que propicia os riscos à saúde e favorece a degradação do meio ambiente, não é feita coleta seletiva, e já é possível encontrar no lixão diversos catadores, pessoas que necessitam de capacitação, serem melhores orientados e informados sobre os riscos que o lixo pode ocasionar.

2.4.3. O nosso meio ambiente pede socorro, são as questões dos resíduos sólidos, são questões da qualidade da água para consumo humano, a necessidade de um sistema de esgotamento sanitário é uma das prioridades em nosso município, nossa população vem sendo exposta, e com isso o meio ambiente sofre com as conseqüências impensadas do ser humano.

2.4.4. O município se preocupa em trabalhar os temas abordados e para isso conta com o apoio das diversas instituições da sociedade civil e do governo da nossa cidade. Mas é preciso fazer muito mais, é preciso conscientizar, sensibilizar e ofertar um despertar da nossa sociedade para um consumo mais consciente dos bens naturais, pois vivemos em condições de vulnerabilidade face aos desafios ambientais aos quais estamos expostos como o manejo correto do solo, o uso racional da água, poluição do lixo, entre outros que se interligam.

2.5. Portanto, sendo uma questão pertinente as ações propostas no projeto para educação ambiental e a sustentabilidade, temos a certeza de que promoverá na sociedade a transformação de seus padrões éticos, morais, econômicos e sociais.

2.6. Assim, o projeto de educação em saúde ambiental justifica-se pelo fato do tema estar em evidência no momento atual no mundo inteiro, principalmente no que se refere aos problemas e impactos ambientais ocasionados pela ação do homem, e por acreditar que será por meio de projetos coletivos e parcerias educativas que se conseguirá conscientizar as pessoas e, assim, fomentar ações individuais, coletivas e cotidianas, no sentido de se cada um agir e fazer sua parte estaremos contribuindo para uma sociedade sustentável consciente do seu papel e de garantir um bem estar e uma relação harmoniosa entre meio ambiente e homem perante as presentes e futuras gerações.

2.7. Em face do objeto do convênio nº 9066060/2020, a estimativa da quantidade dos produtos e dos serviços são fixas, no entanto, não configura responsabilidade do contratante em adquiri-los, não estando a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, adstrita a qualquer consumo ou cota mínima.

## DA INTRODUÇÃO

3. O presente termo de referência tem por finalidade definir os elementos que norteiam o Processo Licitatório para execução das atividades inerente ao projeto de educação em saúde ambiental, objetivando o desenvolvimento de ações e metas planejadas pela gestão municipal de Major Sales/RN, através da Secretaria Municipal de Saúde.

3.1. As especificações técnicas e os quantitativos do produtos e dos serviços a serem adquiridos, estão de acordo com as disposições do artigo 15, § 7º, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme explicitadas neste Termo de Referência.

3.2. De acordo com a Constituição cidadã de 1988, O direito à saúde se insere na órbita dos direitos sociais constitucionalmente garantidos. Trata-se de um direito público subjetivo, uma prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas, conforme dispões os artigos de 196 a 200 da Carta magna.

3.3. Da dicção do art. 225, da Constituição cidadã de 1988, onde todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, percebe-se que o citado dispositivo está revestido de uma “natureza dúplice”, ou seja, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações é, ao mesmo tempo, direito e dever fundamental do Poder

Público e de toda coletividade.

3.4. A Constituição de 1988 também consignou expressamente o dever de o Poder Público atuar na defesa do meio ambiente, tanto no âmbito administrativo, quanto no âmbito legislativo e até na esfera jurisdicional, cabendo ao Estado adotar as políticas públicas e os programas de ação necessários para cumprir esse dever imposto.

3.5. Assim, consoante o teor do § 1º do art. 225 da CF/1988, foram fixadas as regras a serem obedecidas pelo Poder Público, com vistas à efetividade dos supracitados direitos, quais sejam:

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

3.6. Assim, cumpre observar que ao ser taxado de essencial à sadia qualidade de vida, o meio ambiente tornou-se indissociável de uma vida saudável, vinculando o ambiente equilibrado a uma condição imprescindível para acesso à saúde.

3.7. Por outro lado, o art. 37, caput, impões aos entes federados a observação dos princípios básicos aplicáveis à administração pública, ao mesmo tempo incumbe ao poder público a obrigação de manter serviços adequados, na forma do art. 175, parágrafo único, inciso IV da Carta Magna.





Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(...)

3.8. Verifica-se que dentre eles está o princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional nº 19 (reforma administrativa), como exigência a todos os órgãos públicos, para que prestem bons serviços à população, com competência, para gerar a eficácia na atuação do Estado.

3.9. Todavia, os serviços públicos são aqueles prestados a sociedade através do ente federado, a fim de se obter o bem-estar na população, os quais são considerados de grande importância para a nossa vida, dentre eles estão incluídos os de educação em saúde ambiental, visando garantir uma melhor qualidade de vida, neste contexto, a saúde ambiental, insere-se na garantia de um direito do cidadão positivado na carta maior.

3.10. De fato, os beneficiários devem ser o enfoque central na prestação dos serviços públicos, até porque além da promoção de segurança e de ordem, a justificativa para a existência do próprio estado é a de oferecer aos administrados as utilidades e comodidades para a vida em sociedade.

3.11. Sem dúvida, a continuidade dos serviços colocados à disposição da população é um dos atributos principais a ser levado em conta pelos gestores, tendo em vista que a interrupção da prestação dos serviços públicos causaria transtornos aos administrados.

3.12. No entanto, apesar de a intervenção do estado ser obrigatória e indispensável para a proteção ambiental, ela não é exclusiva. O particular também é titular do dever de prevenção e defesa do meio ambiente, isto é, a administração do "patrimônio" ambiental deve se dar sempre com a participação direta da sociedade.

3.13. Como garantia de qualidade, os produtos e os serviços devem atender aos parâmetros previamente definidas no item dois, caso as especificações não sejam atendidas, tanto os produtos quanto os serviços deverão ser imediatamente devolvidos aos fornecedor / prestadores, para que possam substituí-los no prazo máximo de 15 (quinze) dias, por produtos ou serviços de especificação idêntica ou superior as descritas neste Termo de Referência.

3.14. A aquisição dos os produtos e a execução dos serviços tem por finalidade, atender às necessidade do município de Major Sales/RN, através da Secretaria Municipal de Saúde, para o provimento das ações planejadas nas ferramentas de trabalho aprovadas para o exercício de 2022, com vistas ao cumprimento das regras estabelecidas nas cartilhas e orientações provenientes das entidades de controle conhecidas e que merecem todo o respeito dos que fazem a administração pública de Major Sales/RN.

3.15. A contratação almeja melhor planejamento de custos, economicidade e otimização dos procedimentos adotados, evitando assim, contratações emergenciais e gastos desnecessários,



com vista a seleção da proposta mais vantajosa para o município de Major Sales/RN, que será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

3.16. Ressaltamos que a não aquisição dos produtos e dos serviços, objeto deste Termo de Referência, poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, mais precisamente no que se refere a implantação do projeto de educação em saúde ambiental, por se tratar de serviços que não podem sofrer solução de continuidade.

## DA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

4. O pregão eletrônico surgiu em virtude da crescente evolução tecnológica mundial, representando, assim, um avanço nas formas licitatórias. Mantendo-se as premissas básicas do Pregão Presencial, foram acrescentados procedimentos específicos, cuja interação é inteiramente processada pelo sistema eletrônico de comunicação utilizando-se a rede mundial de computadores.

4.1. A opção pela utilização do pregão eletrônico se deu em função da celeridade do processo, utilização de recursos federais, ampliação da competitividade, além de oportunizar uma maior participação de empresas no processo de aquisição dos produtos e execução dos serviços, consoante as disposições do art. 1º, §3º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, in verbis:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

[...].

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos **entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória**, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

4.1.1. Nesse desiderato, o pregão eletrônico foi criado, buscando, sobretudo, aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório. Esse método visa ampliar a disputa licitatória, permitindo a participação de várias empresas de diversos estados, dispensando a presença dos concorrentes, vez que a tecnologia da informação é uma



ferramenta acessível e de baixo custo e que permite também a transparência do processo.

4.1.2. Sem falar, que a transparência gerada pela tecnologia permitiu fácil acesso aos dados da Administração Pública pela população e aos órgãos de controle como o Tribunal de Contas, evitando aos órgãos contratantes e aos licitantes se corromperem, em face da ampla publicidade dos atos administrativos da licitação se dar por meio eletrônico.

4.1.3. Trata-se, portanto, de uma modalidade ágil, transparente e que possibilita uma negociação eficaz entre os licitantes. Além disso, considera-se que essa nova forma de gerir a política de compras dos governos pode servir para eliminar uma das preocupações mais gritantes da sociedade, inerente a corrupção nos processos licitatórios.

## METODO DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5. À luz da Lei Federal nº 10.520/02, para efeito da concretização da formação do contrato objeto do presente Termo, será utilizado procedimento licitatório na modalidade "Pregão", na sua forma "Eletrônica", com modo de avaliação das propostas pautado no critério do "menor preço por lote".

5.1. A opção pelo pregão eletrônico encontra fundamento nas diversas vantagens que a modalidade eletrônica apresenta em relação à presencial, ou seja, potencial aumento da competitividade do certame, a impessoalidade do procedimento, além de oferecer mais transparência e segurança, uma vez que a maior parte dos atos são registrados automaticamente pelo sistema, o que elimina possíveis perdas que comumente ocorrem quando da transcrição de atas de sessões presenciais.

5.2. Quanto à modalidade de licitação adotada para a escolha dos prestadores/fornecedores, certamente é a mais moderna e a que oferece maiores possibilidades ao poder público de contratar melhor, e proporcionar maior economicidade ao erário.

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

6. O presente termo de referência encontra fundamentação legal no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e tem por finalidade cumprir as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 com suas alterações posteriores, da Lei Federal nº 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95 e da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública e demais legislação pertinente aplicável a espécie, a fim de obter a melhor proposta para administração municipal de Major Sales/RN.



## DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7. Os produtos e os serviços acima descrito, objeto desse Termo de Referência, estão classificados como comum, consoante as disposições do Parágrafo único, art. 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto nº 10.024/2019, visto que foram objetivamente definidos, por especificações usuais de mercado.

7.1. Bens e serviços comuns são aqueles cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, sendo facilmente encontrados no mercado.

7.2. O bem ou serviço será considerado comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. São inúmeros os objetos a serem licitados que não são vistos com clareza pelos gestores como sendo ou não bem ou serviço comum.

7.3. Nesse Contexto, com o intuito definir se o objeto é comum ou não, o legislador procurou, por meio de uma lista anexada ao Decreto nº 10.024, de 2019, definir os bens ou serviços de natureza comum. No entanto, essa lista foi considerada meramente exemplificativa, em razão da impossibilidade de listar tudo que é comum.

7.4. Assim, cabe ao gestor, na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, decidir-se pela modalidade pregão sempre que o objeto for considerado comum. Assim, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica.

7.5. No presente caso, o objeto almejado trata-se da aquisição de produtos e da execução de serviços necessários a implantação do projeto de educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista ser comparável entre si e não necessitam de avaliação minuciosa, sendo encontrado facilmente no mercado.

## DA PROPOSTA DE PREÇO

8. Os valores propostos deverão ser cotados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos, diretos e indiretos relativos ao objeto do edital, inclusive com as despesas de transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvidos em razão do instrumento convocatório, não cabendo ao município de Major Sales quaisquer custos adicionais.

8.1. Quanto ao critério de julgamento, será o de menor preço por lote, considerando o preço médio estimado por meio do levantamento de preços realizado pela secretaria municipal solicitante, com base nas informações consignadas no quadro de detalhamento de despesas com matérias e serviços contantes do projeto de educação em saúde ambiental do município de Major Sales, aprovado pela FUNASA, em 18 de janeiro de 2022, que servirão de parâmetros para apuração do certame, assim, espera-se com isso conseguir uma melhor proposta para a administração de Major Sales/RN.

8.2. A empresa que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação ou declaração falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação da demandada e da ampla defesa.

### **DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP**

9. A participação no certame será aberta a quaisquer interessados, no entanto, dar-se-á tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos artigos 42 a 45, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no artigo 3º do mesmo diploma legal.

9.1. Assim, fica exigido qualificação prévia na habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte para efeito de aplicação da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, as quais deverão comprovar que:

9.1.1. Estão registradas na Junta Comercial do Estado de origem enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

9.1.2. Declarar, sob pena da lei, que estão enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na Junta Comercial, que atende aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir o tratamento favorecido e que não se inclui em nenhuma das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal.

9.1.3. Apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, válida na data da licitação.

9.2. Os documentos de qualificação prévia (declaração ou certidão) deverão ser apresentados

junto com a documentação de habilitação.

9.3. O enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá ser inserido na plataforma do sistema eletrônico juntamente com os documentos de habilitação e proposta, devendo permanecer enquadrada como ME/EPP, no mínimo, até a assinatura do contrato.

9.4. Os licitantes deverão observar as situações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, que exclui do regime diferenciado e favorecido as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadre em uma das hipóteses do citado parágrafo.

9.5. Apresentar demonstrativo dos faturamentos referentes ao exercício de 2020, para que a comissão de Licitação possa verificar o disposto nos incisos I e II, c/c com o § 4º do art. 3º da Lei 123/2006.

9.6. Ficam os administradores ou titulares das licitantes e seus procuradores ou prepostos advertidos que constitui crime fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, punido com pena de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo das demais punições previstas.

9.7. De acordo com as disposições do art. 18-E, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006, todo benefício aplicável à microempresa estende-se ao MEI sempre que lhe for mais favorável, sendo vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitação, em função de sua natureza jurídica.

## DOS OBJETIVOS

10. O Objetivo Geral: Despertar na população de Major Sales/RN a conscientização, conhecimento, sensibilização e atitudes voltadas para a preservação do meio ambiente em que vivemos.

10.1. Objetivos específicos:

10.1.1. Proteger à saúde da população por meio de atividades sócio-educativas que visam a - proteção do meio ambiente, ofertando uma vida saudável em meio a um ambiente bem cuidado;

10.1.2. Promover atividades que fortaleçam o desenvolvimento sustentável como uma forma de crescimento econômico, sem que gere transtornos ao meio ambiente e à saúde;

10.1.3. Realizar mobilizações sociais, seminários, oficinas, mutirões, feira de ciências e pedagógicas no sentido de propagar a consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e a sustentabilidade socioambiental.





10.2. A execução das ações inerente ao projeto de educação em saúde ambiental, Convênio nº 9066060/2020, está voltada para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, além de oportunizar a participação popular, divulgação e difusão que preserve o meio ambiente e proporcione o desenvolvimento sustentável no município de Major Sales/RN, conforme etapas a seguir especificadas:

10.2.1. Etapa nº 01 - Realizar 01 Reunião de sensibilização com o tema: A importância da educação ambiental em nossas comunidades rurais. O Objetivo da reunião é para apresentar o projeto e sensibilizar gestores e técnicos municipais da saúde, educação, meio ambiente, assistência social, administração e obras, além de representantes das comunidades rurais, para participarem da criação de um grupo de trabalho para apoio à implementação das metas/etapas propostas. A reunião será realizada no Salão do Clube de Idosos, participação de 30 pessoas, a ser ministrada por profissional com carga horária de 8h.

10.2.2. Etapa nº 02 – Realizar 02 Seminários sobre Saneamento e Saúde Ambiental para gestores e técnicos municipais e representantes das comunidades rurais e de órgãos afins. O objetivo é de discutir, informar sobre a importância do saneamento para a promoção da saúde ambiental. Um 01 seminário acontecerá na Comunidade de Sitio Fazenda Nova, com público de 80 pessoas, a ser realizada ao lado da UBS Maria Furtada, 01 seminário acontecerá no Sitio Damasco, com público de 20 pessoas a ser realizado em frente a Capela de Santa Terezinha. Para a execução dessa ação será necessário: - contratação de profissional capacitado para ministrar os seminários; locação de sistema sonoro e tenda; canetas esferográficas, banners, mascaras descartáveis, álcool gel, blocos de anotações, lanche, camisas, faixas, locação de veículo e combustível para deslocamento. Os seminários terão 100 participantes presentes, com carga horária de 40hs/t.

10.2.3. Etapa nº 03 - Realizar 04 Oficinas sobre as boas práticas da segurança e controle da qualidade da água para consumo humano, em comunidades rurais para 100 moradores. Abordará os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, bem como a forma de captação, distribuição, o armazenamento e tratamento de tal recurso. Realizaremos 01 oficina na Comunidade de Sitio Fazenda Nova, com público de 58 pessoas, a ser realizada ao lado da UBS Maria Furtada, o público a ser atendido nessa localidade são crianças, jovens, adultos, idosos que vivem na comunidade Fazenda Nova, Cavas, Volta Redonda, Sitio São Miguel,; 01 oficina na Comunidade de Sitio Damasco, com público de 20 pessoas, a ser realizada ao lado da Capela de Santa Terezinha, o público a ser atendido nessa localidade são jovens, adultos, idosos que residem nas comunidade de Damasco, Bom Jardim e Sussuarana; 01 oficina na Comunidade de Sitio Lourenço, com público de 10 pessoas, a ser realizada em frente a residência de Jair Rocha, o público a ser atendido nessa localidade são jovens, adultos e idosos; 01 oficina na Comunidade de Sitio Oitis, Lagoa Cercada, Cana Brava, Cantagalo, com público de 12 pessoas, a ser realizada

ao lado da residência de Sales Mafaldo o público a ser atendido nessa localidade são adultos e idosos. Para a execução dessa ação será necessário: - contratação de profissional capacitado para ministrar cada oficina com carga horária de com carga horária de 40hs/t; ecobags, canetas esferográficas, banners, mascaras descartáveis, álcool gel, blocos de anotações, lanche, camisas, locação de veículo e combustível para deslocamento. Os ecobags serão entregues aos 100 participantes das oficinas.

10.2.4. Etapa nº 04 - Realizar 04 Oficinas sobre a gerenciamento de resíduos sólidos em comunidades rurais para 100 participantes, entre eles, profissionais da saúde, educação, meio ambiente e obras, além de moradores da comunidade, com o intuito de proporcionar conhecimentos sobre a geração dos resíduos, a forma de segregação, o condicionamento adequado, coleta seletiva, tratamento e disposição final do lixo, com foco no controle de doenças, permitindo que cada indivíduo reflita sobre suas atitudes e utilização dos resíduos de forma sustentável. Realizaremos 01 oficina na Comunidade de Sitio Fazenda Nova, com público de 60 pessoas, a ser realizada na Quadra de Esportes da Comunidade, o público a ser atendido nessa localidade são adolescentes, jovens, adultos, idosos que vivem na comunidade Fazenda Nova, Cavas, Volta Redonda, Sitio São Miguel, 01 oficina na Comunidade de Sitio Bom Jardim, com público de 30 pessoas, a ser realizada no galpão da residência de Josefa Rocha, o público a ser atendido nessa localidade são jovens, adultos, idosos que residem nas comunidade de Damasco, Bom Jardim e Sussuarana; 01 oficina na Comunidade de Sitio Lourenço, com público de 06 pessoas, a ser realizada em frente a residência de Jair Rocha, o público a ser atendido nessa localidade são adultos e idosos; 01 oficina na Comunidade de Sitio Oitis, Lagoa Cercada, Cana Brava, Cantagalo, com público de 04 pessoas, a ser realizada ao lado da residência de Sales Mafaldo o público a ser atendido nessa localidade são adultos e idosos. Para a execução dessa ação será necessário: - contratação de profissional capacitado para ministrar cada oficina com carga horária de com carga horária de 40hs/t; alcool em gel, mascaras descartáveis, banner, folhas de cartolina, pincel atômico, caneta esferográfica, bloco de anotações, lanche pra 100 pessoas, locação de veículo e combustível para deslocamento.

10.2.5. Etapa nº 05 - Realizar 02 Mutirões de Limpeza dos Mananciais (rio, poço, açude) existentes nas comunidades rurais. Em parceria entre os moradores e a secretaria de limpeza urbana irão remover todos os resíduos e entulhos das margens das águas promovendo atitudes educativas. 01 Mutirão será realizado na comunidade Sitio Fazenda Nova e 01 Mutirão na comunidade de Sitio Lourenço são onde possuímos maior número de mananciais, a ação terá a participação de moradores da comunidade e profissionais do quadro da Secretaria Municipal de Agricultura e Infra-estrutura. Para a ação utilizaremos os seguintes recursos: Luvas de algodão, protetor solar, camisas personalizadas, botas galochas de borracha, bonés personalizados, locação de veículos, sacos de lixos, agua mineral, lanche, mascaras descartáveis e álcool em gel. Durante a ação teremos o apoio da equipe de Limpeza Urbana que fará a coleta em horário a ser informado na comunidade, e durante o mutirão serão realizadas rodas de conversa para



explicar o objetivo e a importância dessa ação nas comunidades beneficiadas.

10.2.6. Etapa nº 06 - Realizar 04 Oficinas de Reutilização de Garrafa Pet, para 100 moradores das comunidades rurais. Oportunidade de reaproveitar este material e evitar o descarte, diminuindo a quantidade de lixo gerado e assim ajudar a preservar o meio ambiente. Realizaremos 01 oficina na Comunidade de Sitio Fazenda Nova, com público de 60 pessoas, a ser realizada na Associação Laura Maria da Conceição, o público a ser atendido nessa localidade são crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos que vivem na comunidade Fazenda Nova, Cavas, Volta Redonda, Sitio São Miguel, 01 oficina na Comunidade de Sitio Bom Jardim, com público de 30 pessoas, a ser realizada na Capela de Santa Terezinha, o público a ser atendido nessa localidade são crianças, jovens, adultos, idosos que residem nas comunidade de Damasco, Bom Jardim e Sussuarana; 01 oficina na Comunidade de Sitio Lourenço, com público de 06 pessoas, a ser realizada em frente à residência de Jair Rocha, o público a ser atendido nessa localidade são adultos e idosos; 01 oficina na Comunidade de Sitio Oitis, Lagoa Cercada, Cana Brava, Cantagalo, com público de 04 pessoas, a ser realizada ao lado da residência de Sales Mafaldo o público a ser atendido nessa localidade são adultos e idosos. Nas oficinas os temas a serem abordados são: confecção de brinquedos, confecção de peças decorativas para decorar casa, confecção de animais, artesanato infantil. Para ministrar as oficinas serão contratados profissional com carga horária de 40hs/t. O material a ser usado nessa ação são: caneta esferográfica, bloco de anotações, barbante, estiletes, pistola cola quente, bastão para pistola cola quente, cola instantânea, régua, tesoura com ponta, fita crepe, tecidos de algodão, EVA, tinta acrílica para artesanato, camisas personalizadas, mascaras descartáveis, ecobags, álcool gel, locação de veículo e gasolina para deslocamento, lanche a ser oferecido podendo conter café, suco, leite, biscoitos, bolos, frutas.

10.2.7. Etapa nº 07 - Realizar 04 Oficinas de Pintura e Arte em Vidro para 100 moradores das comunidades rurais. Para que esses possam aprender de forma lúdica, as técnicas da arte vidreira, como colagem e pintura. Realizaremos 01 oficina na Comunidade de Sitio Fazenda Nova, com público de 58 pessoas, a ser realizada ao lado da UBS Maria Furtada, o público a ser atendido nessa localidade são jovens, adultos, idosos que vivem na comunidade Fazenda Nova, Cavas, Volta Redonda, Sitio São Miguel,; 01 oficina na Comunidade de Sitio Damasco, com público de 20 pessoas, a ser realizada ao lado da Capela de Santa Terezinha, o público a ser atendido nessa localidade são jovens, adultos, idosos que residem nas comunidade de Damasco, Bom Jardim e Sussuarana; 01 oficina na Comunidade de Sitio Lourenço, com público de 10 pessoas, a ser realizada em frente à residência de Jair Rocha, o público a ser atendido nessa localidade são jovens, adultos e idosos; 01 oficina na Comunidade de Sitio Oitis, Lagoa Cercada, Cana Brava, Cantagalo, com público de 12 pessoas, a ser realizada ao lado da residência de Sales Mafaldo o público a ser atendido nessa localidade são jovens, adultos e idosos. Nas oficinas os temas a serem abordados são: confecção de potes decorados, quadros com vidro moído, mosaicos customizados em vidro. Para ministrar as oficinas serão



contratados profissional com carga horária de 40hs/t. O material a ser usado nessa ação são: caneta esferográfica, bloco de anotações, pinceis tamanhos variados, pinceis brocha, rolo de espuma, flanela, marcador ponta fina, tinta a óleo, spray multiuso, tinta acrílica, tesoura com ponta, luvas descartáveis, mascaras descartáveis, álcool gel, locação de veículo e gasolina para deslocamento, lanche a ser oferecido podendo conter café, suco, leite, biscoitos, bolos, frutas.

10.2.8. Etapa nº 08 - Realizar 04 Oficina de Reciclagem de Pneus para 100 moradores das comunidades rurais, o objetivo dessa oficina é a reciclagem dos pneus usados e descartados inadequadamente no meio ambiente para dar um novo uso a eles, através do artesanato. Essa será desenvolvida para 4 turmas de 25 moradores da zona rural e ministrada por um educador técnico da área. Realizaremos 02 oficina na Comunidade de Sitio Fazenda Nova, com público de 50 pessoas, sendo cada turma com 25 alunos a ser realizada na Quadra de Esportes da Comunidade, o público a ser atendido nessa localidade são crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos que vivem na comunidade Fazenda Nova, Cavas, Volta Redonda, 01 oficina na Comunidade de Sitio Bom Jardim, com público de 25 pessoas, a ser realizada no galpão da residência de Josefa Rocha, o público a ser atendido nessa localidade são jovens, adultos, idosos que residem nas comunidade de Damasco, Lourenço, Bom Jardim e Sussuarana; 01 oficina na Comunidade de Sitio Oitis, Lagoa Cercada, Cana Brava, Cantagalo, Sitio São Miguel com público de 25 pessoas, a ser realizada ao lado da residência de Sales Mafaldo o público a ser atendido nessa localidade são crianças, adolescentes, adultos e idosos. Para a execução dessa ação será necessário: - contratação de profissional capacitado para ministrar cada oficina com carga horária de 40hs/t, Nas oficinas os temas a serem abordados são: artesanato com pneu, reaproveitamento de pneus para parques infantis, Customização de pneus. O material a ser usado nessa ação são: caneta esferográfica, bloco de anotações, cola instantânea, tinta esmalte sintético, solvente, estilete, pincel de 10cm, pinceis chatos vários tamanhos, corda nylon fina, faca de cozinha, lixa fina, locação de veículo e gasolina para deslocamento, lanche a ser oferecido podendo conter café, suco, leite, biscoitos, bolos, frutas.

10.2.9. Etapa nº 09 - Realizar 01 Oficina de Teatro sobre Educação em Saúde Ambiental, para 30 alunos, sendo as vagas cedidas para as escolas da zona rural, com a carga horaria de 24 horas/aula. Ministrada por um profissional da área, será dividida em 3 momentos: 1º Aquecimento: como uma recepção de boas-vindas, para os participantes se conhecerem, aquecerem a criatividade e se sentirem mais à vontade (8 horas); 2º Jogos teatrais: Experimentar jogos que estimulem a criatividade, interação, espacialidade e movimento (8 horas) e 3º Improvisação: A partir de histórias contadas, inventadas ou estimuladas por figurinos e adereços, criar cenas curtas para apresentação entre os participantes da oficina (8 horas). O objetivo é de criar um grupo de teatro, preparado para atuar como apoio à realização das metas/etapas, com peças sobre o tema, por meio da criatividade e habilidade dos participantes. A oficina será realizada na Comunidade de Sitio Fazenda Nova, com público de 30 alunos, a ser realizada na Associação Laura Maria da Conceição, o público a ser atendido nessa

localidade são crianças, adolescentes, jovens que atuam no ensino rural e que vivem na comunidade Fazenda Nova, Cavas, Volta Redonda, Damasco, Lourenço, Bom Jardim e Sussuarana. Para a execução dessa ação será necessário: - contratação de profissional capacitado para ministrar cada oficina com carga horária de 24hs/t, A temática a ser abordada é a utilização do teatro para a valorização da educação em saúde ambiental. O material a ser usado nessa ação são: caneta esferográfica, bloco de anotações, cartolina, paleta de maquiagem, TNT diversas cores, EVA colorido, confecção de cenário para grupo de teatro, mascaras descartáveis, álcool gel, tecidos várias cores, linhas de costuras várias cores, locação de veículo e gasolina para deslocamento, lanche a ser oferecido podendo conter café, suco, leite, biscoitos, bolos, frutas.

10.2.10. Etapa nº 10 – Realizar 10 Rodas de Conversas com os Moradores das Comunidades, serão realizadas em todas as comunidades rurais do município com o objetivo de averiguar a situação de cada comunidade, os hábitos relacionados ao armazenamento da água e dos resíduos sólidos e assim promover uma conversa entre os residentes e os Agentes Comunitários de Saúde, de forma que ambos busquem melhorias para as comunidades. Realizaremos 06 rodas de conversa na Comunidade de Sitio Fazenda Nova, com público de 20 pessoas em cada roda, a ser realizada em locais variados como: UBS Maria Furtada, Associação Laura Maria da Conceição, na Capela de São José, e na Quadra de esportes da comunidade, o público a ser atendido nessa localidade são crianças, jovens, adultos, idosos que vivem na comunidade Fazenda Nova, Cavas, Volta Redonda, Sitio São Miguel,; 01rodas de conversa nana Comunidade de Sitio Damasco, com público de 15 pessoas, a ser realizada ao lado da Capela de Santa Terezinha, o público a ser atendido nessa localidade são jovens, adultos, idosos e 01 roda de conversa no Sitio Bom Jardim e Sussuarana a ser realizada ao lado da Residência de Juvenal Matias, o público a ser atendido nessa localidade são crianças, jovens, adultos, idosos; 01 roda de conversa na Comunidade de Sitio Lourenço, com público de 10 pessoas, a ser realizada em frente a residência de Jair Rocha, o público a ser atendido nessa localidade são jovens, adultos e idosos; 01 roda de conversa na Comunidade de Sitio Oitis, Lagoa Cercada, Cana Brava, Cantagalo, com público de 10 pessoas, a ser realizada ao lado da residência de Sales Mafaldo o público a ser atendido nessa localidade são crianças, adultos e idosos. Para a execução dessa ação será necessário: - contratação de profissional capacitado para ministrar cada roda de conversa com carga horária de 16hs/t, banners, mascaras descartáveis, álcool gel, lanche a ser oferecido podendo conter café, suco, leite, biscoitos, bolos, frutas, locação de veículo e combustível para deslocamento.

10.2.11. Etapa nº 11 - Realizar 02 Gincanas Pedagógicas nas Escolas da Zona Rural, com temática focada no Meio ambiente e Saúde. Tem como objetivo apresentar, motivar, educar e sensibilizar os alunos das comunidades rurais sobre a saúde ambiental. Serão realizadas tarefas com temáticas voltadas para a preservação da qualidade da água e sustentabilidade, com apresentação teatral, concurso de paródias, confecção de materiais utilizando produtos





recicláveis, realização de danças, dentre outras atividades. Serão realizadas tarefas com temáticas voltadas para a preservação da qualidade da água e sustentabilidade, com apresentação teatral, concurso de paródias, confecção de materiais utilizando produtos recicláveis, realização de danças, dentre outras atividades. Como forma de estimular a participação dos alunos, ao final de cada gincana serão premiados os alunos vencedores das tarefas propostas pela equipe de coordenação. Realizaremos as 2 gincanas na Comunidade de Sitio Fazenda Nova, com público de 50 alunos crianças, jovens e adolescentes que vivem na comunidade Fazenda Nova, Cavas, Volta Redonda, Sitio São Miguel, Sitio Damasco, Sitio Bom Bom Jardim e Sussuarana e Sitio Lourenço, as ações serão realizadas na escola Municipal Tonheira Germano e na Quadra de Esportes da comunidade de Fazenda Nova. Para a execução dessa ação será necessário: - contratação de profissional capacitado para as gincanas com carga horária de 24hs/t, além de caneta esferográfica, cartolinas, placas de isopor, EVA cores variadas, tinta guache acrílica, cola branca, tesoura escolar sem ponta, lápis de cor, pincel anatômico, resma de folha A4, borracha escolar, grampeador, TNT cores variadas, premiação para os 3 primeiros colocados, locação de sistema de som de pequeno porte, locação de veículo e gasolina para deslocamento, lanche para o evento que pode ser: café, suco, leite, biscoitos, bolos, frutas, sorvete.

10.2.12. Etapa nº 12 - Realizar Capacitação para Catadores de Lixo, com foco no descarte e destinação final. Tem o objetivo de preparar os catadores e as associações para participarem desde o descarte até o destino final dos resíduos, informando sobre a maneira correta da separação dos resíduos, a valoração econômica e a segurança individual e coletiva dos catadores (uso de EPIs e EPCs), com vista trabalhar a melhor forma para destinação do lixo e a coleta seletiva nas comunidades. A Capacitação será ministrada por um profissional da área, com carga horária de 24 hs/t e turma de 30 participantes. A capacitação será realizada no Clube de Idosos Alegria de Viver na sede da cidade.

10.2.13. Etapa nº 13 – Realizar 01 Feira de Ciência sobre Saneamento e Saúde Ambiental Local, com duração de 3 dias, sendo que cada escola irá promover uma feira de ciências relacionadas ao saneamento ambiental para promoção da saúde no município, cada turma ficará responsável por um tema, desde a importância do meio ambiente, a preservação da água, o gerenciamento dos resíduos sólidos, higiene pessoal, dentre outros. A feira ocorrerá na Quadra Esportiva da Comunidade de Sitio Fazenda Nova ao lado da escola Municipal Tonheira Germano e terá como público alvo crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos das seguintes comunidades rurais: Sitio Fazenda Nova, Volta Redonda, Damasco, Bom Jardim, Sussuarana, Lourenço, Oitis, Cana Brava, Cantagalo, São Miguel, Carrapeteira e será aberto a um público aproximado de 600 pessoas. Para a execução dessa ação será necessário: - contratação de profissional capacitado para atividades com carga horária de 24hs/t, além de cartolina, sistema de som de pequeno porte, caneta esferográfica, resma de papel A4, pincel de quadro branco, cola branca, tesoura escolar se, ponta, placa de isopor, lápis de cor, TNT diversas cores, régua,



maskas descartáveis, álcool em gel, locação de veículo, combustível para deslocamento, lanche para o evento que pode ser: suco, biscoitos, bolos, frutas, sorvete.

10.2.14. Etapa nº 14 - Formação de Agentes Ambientais, tem o objetivo de capacitar os representantes das comunidades rurais e alunos, por meio de aulas e encontros e da execução de atividades práticas para desenvolvimento de projetos e ações. O curso trabalhará com Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, Captação e armazenamento de água, Padrões de qualidade de água potável e Ações sustentáveis. Turma com 30 participantes. A formação ocorrerá na Associação Comunitária Laura Maria da Conceição na Comunidade de Sitio Fazenda Nova e terá como público alvo: jovens, adolescentes, adultos das seguintes comunidades rurais: Sitio Fazenda Nova, Volta Redonda, Damasco, Bom Jardim, Sussuarana, Lourenço, Oitis, Cana Brava, Cantagalo, São Miguel, Carrapeteira. Para a execução dessa ação será necessário: - contratação de profissional capacitado para a formação com carga horária de 60hs/t, os materiais a serem utilizados são: cartilha, caneta esferográfica, bloco de anotações, banners, pranchetas, pincel quadro branco, quadro branco, maskas descartável, álcool gel, lanche para o evento que pode ser: suco, biscoitos, bolos, frutas, sorvete.

10.2.15. Etapa nº 15 - Realizar 04 Oficina de Compostagem. Tem como objetivo evidenciar a compostagem como meio de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos, e incentivar para que mais pessoas consigam dar uma destinação adequada aos seus resíduos. Essa será desenvolvida para 4 turmas de 25 moradores da zona rural, totalizando 100 participantes. A oficina será realizada na Comunidade de Sitio Fazenda Nova, o público a ser atendido nessa localidade são adolescentes, jovens e adultos que vivem na comunidade Fazenda Nova, Cavas, Volta Redonda, Damasco, Lourenço, Bom Jardim e Sussuarana. Para a execução dessa ação será necessário: - contratação de profissional capacitado para ministrar cada oficina com carga horária de 24hs/t, A temática a ser abordada é a utilização da compostagem para destinação adequada dos resíduos sólidos e sua utilização como adubo orgânico. O material a ser usado nessa ação são: caneta esferográfica, bloco de anotações, baldes de 20lts com tampa, palha, furadeira, brocas 1,5 e 4,5, serragem, pás, enxadas, forquilha, tesouras de podar, facão, maskas descartáveis, álcool gel, locação de veículo e tenda, gasolina para deslocamento, lanche a ser oferecido podendo conter café, suco, leite, biscoitos, bolos, frutas.

10.2.16. Etapa nº 16 - Reunião de Avaliação Socioambiental, na sede da prefeitura do município, após a execução do projeto. O objetivo é avaliar as mudanças de comportamentos, hábitos e costumes dos moradores promovidos pela execução do projeto no município. Assegurando a participação dos gestores e técnicos envolvidos no projeto. 20 participantes. A reunião ocorrerá na UBS Maria Furtada na Comunidade de Sitio Fazenda Nova e terá como público alvo: os gestores e técnicos envolvidos no projeto. Para a execução dessa ação será necessário: caneta esferográfica, bloco de anotações, maskas descartável, álcool gel, lanche para o evento que pode ser: suco, biscoitos, bolos, frutas, sorvete. O público serão de 20

participantes.

10.2.17. As contratadas serão obrigadas a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos ou os serviços entregue em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato.

## DA METODOLOGIA

11. Para o alcance do objeto da licitação, utilizaremos como metodologia o estudo da atual situação em que se encontram os aspectos ambientais do município, na perspectiva de promover a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente. Por meio, de atividades de cunho participativo, buscaremos despertar na população o senso crítico e sensibilizá-los para a importância de vivermos num ambiente limpo e bem cuidado. Para tanto, será designada uma equipe coordenadora que irá traçar e mobilizar todos os passos do projeto. Como auxílio o projeto prevê a criação do Grupo Gestor que além de acompanhar e monitorar as ações, tem como intuito avaliar os indicadores básicos, o alcance das metas, a identificação das fragilidades que dificultam o trabalho, averiguação das potencialidades e apoiar no aperfeiçoamento de mecanismos para a superação que visam à melhoria do quadro apresentado.

11.1. Serão promovidas ações junto à comunidade, tais como: capacitações, seminários, oficinas, feiras, gincanas, mobilizações sociais, programas de rádios e divulgação em meios de comunicação local e regional.

### 11.2. Resultados esperados:

11.2.1. Melhorar as condições ambientais do município de Major Sales, inclusive no que se refere a conservação do meio ambiente;

11.2.2. Reduzir a produção de lixo (resíduos sólidos), promovendo também a capacitação e orientando os catadores;

11.2.3. Incentivar o desenvolvimento sustentável para que possa ser mais uma geração de renda;

11.2.4. Promover saúde, incentivando a manutenção de um ambiente conservado;

11.2.5. Profissionais capacitados para que possam ser multiplicadores das ações;

11.2.6. População consciente e sensibilizada sobre a importância da preservação do meio ambiente;



11.2.7. Manter o município um ambiente limpo e desenvolvido, evitando problemas sociais como: mal acondicionamento do lixo, esgotamento sanitário mal cuidado e exposto, cuidados com a água para consumo humano, árvores preservadas e bem cuidadas, entre outros.

11.2.8. As demais informações que caracterizam o projeto de educação em saúde ambiental do município de Major Sales, estão definidas no projeto técnico da proponente, aprovado pelo Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde / FUNASA, em anexo.

## DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

12. A execução dos serviços e a aquisição dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela gestora da Secretaria Municipal de Saúde como órgão contratante, devidamente com atribuições específicas, cabendo a Sra. Ângela Wilma Rocha ou seu substituto, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à contratada as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior, na forma da legislação vigente.

12.1. Os serviços e os produtos deverão ser executados/fornecidos logo após o recebimento da Ordem de Compra/Serviços ou documento equivalente, adequadamente e diretamente para os fins a que se destinam, de forma a garantir a completa satisfação do contratante.

12.2. Os serviços e os produtos solicitados deverão obedecer às especificações, a legislação e as normas técnicas em vigor inerente aos itens licitados.

12.3. A Secretaria Municipal de Saúde, responsável pelo recebimento e fiscalização dos contratos, efetuará sempre que necessário vistoria para comprovar que tanto os serviços quanto os produtos atende as especificações mínimas exigidas.

12.4. Quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde inerente ao objeto e aos termos do instrumento convocatório deverão ser atendidas em até 48h00min pelas contratadas, sem qualquer ônus para a administração.

12.5. Será procedida avaliação por parte da fiscalização, para fins de verificação do padrão de qualidade dos serviços e os produtos, sendo recusados todos os itens que estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas.

12.6. É de responsabilidade da gestora do contrato, Sra. Ângela Wilma Rocha - Secretária Municipal de Saúde, como órgão contratante, após a verificação dos serviços e dos produtos efetivamente recebido, atestar o recebimento e consequente a aceitação em até 10 (dez) dias contados a partir da data de entrega.



12.7. O município de Major Sales/RN, não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada procedam com a execução de serviços ou o fornecimento de produtos em desacordo com as especificações estabelecidas no instrumento contratual.

12.8. A Secretaria Municipal de Saúde, uma vez comprovada à necessidade, poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da contratada que, por justas razões, vier a desmerecer a confiança, e embarace a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para qual lhe foram delegadas.

12.9. As providências que ultrapassarem a competência da Secretaria Municipal de Saúde deverão ser comunicadas por esta em tempo hábil à autoridade superior competente, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução dos contratos;

12.10. Os motivos de rescisão dos contratos são os estabelecidos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observado as sanções estabelecidas nos arts. 81 a 99 do mesmo diploma legal.

## DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

13. O recebimento dos serviços e dos produtos objeto da licitação será fiscalizado por servidor designado por meio de portaria editada pela gestora municipal de Major Sales, e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do § 1º e Inciso II, do Art. 73, da Lei de Licitações;

13.1. Os serviços e os produtos solicitado deverão ser entregue acondicionado adequadamente de forma a permitir completa segurança durante o transporte, diretamente para os fins a que se destinam no Almojarifado da Secretaria Municipal de Saúde como órgão solicitante;

13.2. O início da execução dos serviços e do fornecimento dos produtos se dará após a entrega da Ordem de Serviço / Compra às contratadas, devidamente assinada pela autoridade competente;

13.3. A execução dos serviços e a aquisição dos produtos, objeto da licitação será imediata de acordo com a necessidade da administração municipal, mediante emissão da Ordem de Serviço/Compra;

13.4. A administração municipal de Major Sales se reserva no direito de fazer novas solicitações a qualquer tempo sem a obrigatoriedade cumprir meta ou percentual na aquisição dos serviços ou produtos, destinados ao desenvolvimento das ações vinculadas ao projeto de educação em saúde ambiental do município de Major Sales/RN.

13.5. Os serviços requisitados deverão ser entregue diretamente na sede da Secretaria

Municipal de Saúde como órgão contratante, sito à Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a emissão da Ordem de serviço, em parcelas conforme solicitação do setor competente;

13.6. Os produtos requisitados deverão ser entregue diretamente na sede da Secretaria Municipal de Saúde como órgão contratante, sito à Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a emissão da Ordem de Compra, em parcelas conforme solicitação do setor competente;

13.7. O não atendimento do prazo fixado neste termo de referência implicarão na aplicação das sanções definidas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93;

13.8. Os serviços de educação em saúde ambiental, deverão ter no ato da entrega, prazo de garantia mínimo de 90 (noventa) dias de acordo com as características e especificidade, consoante as disposições da legislação pertinente.

13.9. Os serviços de educação em saúde ambiental recusados pela administração municipal de Major Sales, deverão ser substituídos automaticamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da Notificação, correndo por conta do prestador as despesas de substituição dos mencionados serviços;

13.10. Os produtos solicitação para execução do projeto de educação em saúde ambiental recusados pela administração municipal de Major Sales, deverão ser substituídos automaticamente, no prazo máximo de 08 (oito) dias, contados da data da Notificação, correndo por conta do prestador as despesas de substituição dos mencionados serviços;

13.11. Não serão admitidos para efeito de recebimento, serviços ou produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações prescritas neste Termo de Referência, na Proposta Comercial adjudicada e na Nota de Empenho;

13.12. O não atendimento do prazo fixado nos itens 13.9 e 13.10 implicará em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, salvo justificativa fundamentada do fornecedor, com a devida aceitação da ordenadora despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação;

13.13. Feita à entrega pela contratada, a contratante por intermédio da Comissão de Recebimento, realizará no prazo máximo de 24h00min, os exames necessários para aceitação e aprovação dos serviços ou dos produtos de modo a comprovar que o mesmo atende as especificações estabelecidas no edital, conforme descrito na proposta vencedora;

13.14. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os serviços ou os produtos não atendem as especificações do objeto licitado, poderá a administração rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a licitante a providenciar a substituição no prazo fixado nos itens



13.9 e 13.10 deste instrumento.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14. Cumprir, pontualmente, os compromissos financeiros acordados com a empresa contratada, efetuando o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas dos respectivos contratos ou equivalentes, na foma do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

14.1. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à execução do contrato, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

14.2. Proporcionar ao contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

14.3. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Termo de Contrato ou Ajuste;

14.4. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

14.5. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar o recebimento dos produtos e a execução dos serviços objeto do certame, no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

14.6. Efetuar os pagamentos relativo ao objeto contratado e efetivamente executado, de acordo com as cláusulas contratuais ou documento equivalente, consoante as disposições da legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais.

14.7. Encaminhar a nota de empenho para empresa, e registrar o recebimento, fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, comunicando a autoridade competente as irregularidades.

14.8. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

14.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, a fim de fazer valer os compromissos assumidos no pacto contratual.

14.10. O município de Major Sales/RN, não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





## DAS ORIGAÇÕES DA CONTRATADA

15. Entregar os produtos e executar os serviços nas quantidades, prazo e qualidade cotada, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo contratante em estrita conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, e no que forem aplicáveis, com as normas do fabricante da ABNT ou a legislação vigente;

15.1. Substituir, as suas expensas, todo e qualquer produto ou serviço que estiver em desacordo com as especificações e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, após a notificação formal do contratante;

15.2. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

15.3. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o contratante.

15.4. Manter o contratante informado quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone, fax e e-mail.

15.5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao contratante ou a terceiros em razão ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

15.6. Não será aceito, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidades da contratada para terceiros, sejam executantes, fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

15.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela administração, cujas reclamações se obriga a atender.

15.8. Comunicar ao contratante, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega dos produtos ou dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo convencionado, com a devida comprovação.

15.9. É de responsabilidade da contratada a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer naturezas, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

15.9.1. O contratante reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente



para a administração de Major Sales/RN.

15.10. A Contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução do objeto licitado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

## DA SUBCONTRATAÇÃO

16. Não será permitida a subcontratação do objeto licitado, na forma do art. 78, VI, da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

## DO CONSÓRCIO

17. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na execução deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

## DA GARANTIA

18. O objeto da presente contratação deverá contar com a garantia oferecida pelo fabricante, executante, e na sua ausência, com a garantia legal (Código de Defesa do Consumidor), dentro da qual a contratada substituirá no todo ou em parte os produtos ou os serviços que venham a apresentar defeitos de execução ou de fabricação, sem ônus para o contratante.

## DOS PRAZOS

19. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na legislação vigente, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do contrato, com validade e eficácia legal após publicação na imprensa oficial.

19.1. O início da execução do contrato a imediata, após a emissão da Ordem de Compra / Serviço pela gestora do município de Major Sales/RN, ou quando for caso pela gestora da Secretaria Municipal de Saúde;

19.2. O prazo de vigência do contrato será a partir da data de sua assinatura até 31 dezembro de 2022, com validade e eficácia legal após publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, através do site [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site [www.femurn.org.br](http://www.femurn.org.br) e no Diário Oficial do Município de Major Sales/RN, site [www.majorsales.rn.gov.br](http://www.majorsales.rn.gov.br) e no Mural da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, respeitadas as disposições do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

19.3. O prazo para entrega dos serviços/produtos solicitados será respectivamente de no máximo de 90 (noventa) e 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço/Compra e



notas de empenho, considerando que trata-se da execução de serviços e aquisição de produtos, destinados ao desenvolvimento de ações vinculadas ao projeto de educação em saúde ambiental do município de Major Sales/RN

19.4. O prazo de garantia dos serviços deve obedecer as disposições dos itens 13.8 do presente Termo de Referência, na forma do art. 26, II, da Lei nº 8.078/90, de acordo com as características e especificidade dos produtos e serviços.

## DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20. Os recursos orçamentários para fazer face as despesas com a aquisição dos produtos e execução dos serviços objeto dos contratos, são provenientes do convênio nº 9066060/2020 – MS/FUNASA, os quais encontram-se alocados na LOA - Lei Orçamentária Anual, exercício 2022, consoante as disposições da Lei Municipal nº 489/2022 – credito especial por anulação.

20.1. O valor da respectiva aquisição ainda foi estimado por meio de levantamento de preços realizado pela secretaria municipal solicitante, com base nas informações consignadas no quadro de detalhamento de despesas com matérias e serviços contantes do projeto de educação em saúde ambiental do município de Major Sales, aprovado pela FUNASA, em 18 de janeiro de 2022, que servirão de parâmetros para apuração do certame, assim, espera-se com isso conseguir uma melhor proposta para a administração de Major Sales/RN, com valor estimado em R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais);

20.2. As despesas com a aquisição dos produtos e execução dos serviços de que trata o objeto deste Termo de Referência, correrá a cargo da dotação orçamentária - exercício 2022, atividades: 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO – FONTE Nº 17000000; 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.31.00 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTE E OUTRAS – FONTE Nº 17000000; E 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA – FONTE Nº 17000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTO CONGÊNERES DA UNIÃO, consoante as disposições da Lei Municipal nº 489/2022.

## DO RECEBIMENTO

21. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, o objeto da contratação será recebido:

21.1. Provisória: mediante recibo, imediatamente após efetuada a entrega, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.





21.2. Definitiva: mediante recibo, em até 05 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade do material, marca e modelo).

21.3. À Prefeitura Municipal de Major Sales, fica reservado o direito de rejeitar parcial ou totalmente os produtos entregues ou os serviços executados em desconformidade com as especificações constantes no item 2 do presente termo, ficando a contratada na obrigação de substituí-lo, a suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da notificação.

21.3.1. O prazo poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, em caso justificável, desde que não traga prejuízos à Administração.

21.3.2. A notificação a que se refere o item 21.3, suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

21.4. Quando for o caso, os serviços e os produtos deverão ser acompanhados de prospectos, manuais de utilização e outros documentos encaminhados pelo fabricante.

21.5. Por ocasião do recebimento, a Comissão verificará os produtos entregues e os serviços executados, todos os demais itens, quantidade e a qualidade de acordo com a proposta vencedora.

21.6. No ato do recebimento, os produtos e os serviços de que trata o objeto do presente Termo de Referência, deverá estar com prazo de garantia mínimo de 90 (noventa) dias, contados da sua entrega no almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Major Sales/RN.

21.7. A nota de empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e § 4º da Lei nº 8.666/93, e a adjudicatária passa à condição de contratada após recebê-la. Desse modo, deve observar as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções previstas neste Termo de Referência.

## DO FATURAMENTO

22. A contratada deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, inscrita no CNPJ nº 01.612.383/0001-11 ou do Fundo Municipal de Saúde de Major Sales/RN, inscrita no CNPJ nº 13.249.021/0001-97, ambos com sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN, emitida após a entrega do objeto licitado no prazo especificado.

22.1. A fatura ou nota fiscal deverá estar acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por



Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

22.2. A fatura/nota fiscal deverá ser enviada em formato PDF por meio eletrônico, através do e-mail: [pmmsalesrn@gmail.com](mailto:pmmsalesrn@gmail.com), ou diretamente na Secretaria Municipal de Finanças, com Sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN.

22.3. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

22.4. Em caso de atraso na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da licitante vencedora, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação.

### DA ATESTAÇÃO DAS FATURAS CORESPONDENTES

23. A atestação das faturas é o registro formal de recebimento provisório dos produtos e dos serviços promovido pelo fiscalizador do contratado, que significa o reconhecimento do cumprimento de cada parcela remunerável do objeto. Trata-se de elemento imprescindível para liquidação da despesa.

23.1. A atestação das faturas correspondentes a aquisição dos produtos e execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, caberá a gestora imediato da secretaria municipal requisitante ou ao Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, como órgão contratante.

### DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

24. Os procedimentos de recebimento dos produtos e execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela secretaria municipal solicitante, devidamente com atribuições específicas, cabendo a esta, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução do contrato, comunicando à contratada as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

24.1. Não obstante a empresa vencedora da licitação seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos produtos e execução dos serviços, a Prefeitura Municipal de Major Sales, reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução dos contratos, diretamente pela secretária municipal solicitante, seu substituto legal ou por outros servidores especialmente designados.



24.2. O fiscal dos contratos será designado por portaria editada pela administração municipal de Major Sales, e comprovadamente habilitado para fiscalizar os contratos, será o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

24.3. Promover reuniões (presenciais ou por video conferência) com os fornecedor / prestadores para considerações sobre os produtos ou serviços, a fim de dirimir dúvidas, que serão documentadas em atas, elaboradas pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas, com as respectivas datas para conclusão das pendências ou tomadas de decisões, se for o caso;

24.4. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

24.5. As providências que ultrapassem a competência da secretaria municipal solicitante deverão ser comunicadas por esta em tempo hábil a gestora da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;

24.6. A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

## DA FORMA DE PAGAMENTO

25. O pagamento será efetuado em moeda nacional mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, em parcelas de acordo com o recebimento dos produtos/serviços, obedecidas as regras da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, que trata da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, por meio de transferência Bancária.

25.1. As Notas Fiscais em regra devem corresponder ao objeto fornecido, com respectivos valores e quantitativos consignados na Nota de Empenho, em nome da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, inscrita no CNPJ nº 01.612.383/0001-11 ou do Fundo Municipal de Saúde de Major Sales/RN, inscrita no CNPJ nº 13.249.021/0001-97, ambos com sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN, no caso de divergência, a contratante deve notificar a contratada a substituí-la em 3 (três) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

25.2. Em caso de entregas parciais, a nota fiscal deverá corresponder aos itens efetivamente entregues. No caso de fornecimento/execução de itens com pendências, o pagamento parcial da nota poderá ser efetivado quando sua substituição for inconveniente, a critério da





administração.

25.3. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

## DO REAJUSTAMENTO

26. Não haverá reajustamento nos preços propostos, o preço a ser contratado, tido como vencedor do presente certame, será fixo e irrevogável, nos termos da legislação em vigor, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...];

II - por acordo das partes:

[...];

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.  
[...].”

26.1. Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato superveniente, ocorrido após o período de 12 (doze) meses, que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitados, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

## DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

27. O contrato resultante da licitação adotada para aquisição dos produtos e da execução dos serviços, poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da administração e do contratante, com a apresentação das devidas



justificativas.

27.1. A recomposição contratual deve ser promovida nos limites para o restabelecimento do equilíbrio econômico - financeiro do contrato, não podendo ser utilizada para favorecer a empresa contratada. TCU Acórdão 1431/2017 - Plenário.

## DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do edital, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e também aplicar-se-ão as seguintes sanções administrativas, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório:

28.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a contratada que:

28.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

28.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; não mantiver a proposta.

28.2. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

28.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o contratante;

28.2.2. Multa moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, na seguinte hipótese:

28.2.2.1. De 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado das obrigações estabelecidas no Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

28.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, no caso de inexecução parcial, e 20% (vinte por cento) no caso de inexecução total do objeto contratado, sobre o valor total do Contrato.

28.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Major Sales, pelo prazo de até dois anos;



28.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Major Sales com o consequente descredenciamento no CRC – Major Sales/RN, pelo prazo de até cinco anos;

28.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o contratante pelos prejuízos causados;

28.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

28.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

28.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

28.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

28.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

28.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

28.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

28.7. Desconto do valor da multa, se o valor da multa não for pago por meio de dam, DAM, será automaticamente descontado dos créditos que a contratada vier a fazer jus perante o contratante, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, e se for superior a estes, será abatido do valor da garantia de execução do Contrato, se houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

28.8. Quando a ação ou omissão da contratada se enquadrar em tipos distintos de penalidades, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

28.9. As penalidades de multas moratória ou compensatória poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

28.10. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

28.11. A aplicação das penalidades previstas nos itens 28.2.1, 28.2.2, 28.2.3 e 28.2.4 poderão



ser interpostos recursos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme a alínea f do inciso "I" do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

28.12. No caso das penalidades previstas nos itens 28.2.5 e 28.2.6 caberá pedido de reconsideração à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme o inciso III do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

## DA HABILITAÇÃO

29. Para fins de habilitação no certame que será adotado para aquisição dos produtos e execução dos serviços inerente a execução do projeto de educação em saúde ambiental de Major Sales/RN, serão exigidos dos interessados, apenas a documentação relativa a habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal e trabalhista; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e as declarações usuais, conforme disciplinado no edital.

## DA RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERENCIA

30. O Termo de Referência é o documento, elaborado a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

30.1. O Termo de Referência exibido, tem por finalidade selecionar empresa para execução de projeto de educação em saúde ambiental, a fim de atender demanda específica da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN.

30.2. O documento deve ser assinado pelo responsável pela Unidade Solicitante, no presente caso, o Termo de Referência foi elaborado pela servidora abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis.

## DO FORO COMPETENTE

31. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, não podendo ser invocadas tais informações para suportar recursos ou servidor como prova, a que título for.

32. Fica eleito do Foro da Comarca da Cidade de Luís Gomes/RN, com renúncia dos demais por mais privilegiado que sejam, para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento, bem como do contrato a ser celebrado, depois de esgotadas todas as vias administrativas, na forma do art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.



---

Atenciosamente,

Major Sales/RN, 20 de junho de 2022.

Ângela Wilma Rocha  
Secretária Municipal de Saúde



# EDITAL Nº 2022.06.23.025 "ANEXO II"

## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL**  
**PRGAO ELETRONICO Nº 2022.06.23.025**

A Empresa ....., inscrita no CNPJ (MF) n.º ....., estabelecida na Rua .....vem, perante esta Comissão Especial de Licitação, apresentar proposta de preços para execução de projeto de educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, a fim de atender demanda específica da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, Anexo - I e nas disposições fixadas no Edital e seus Anexos, pelos preços, como segue:

EXECUÇÃO DE PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE MAJOR SALES/RN						
ITENS	ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTOS/SERVIÇOS	MARCA	UND.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
0001						
VALOR UNITARIO:						
VALOR TOTAL.....:						
TOTAL DA PROPOSTA.....R\$						

O valor total da proposta e equivalente a R\$ 000.000,00 (valor por extenso), que serão pagos de acordo com o fornecimento dos produtos ou execução dos serviços.

Prazo de entrega do objeto: De acordo com as as disposições do item 13.5 e 13.6 do Termo de Referência, contadas da solicitação através de Ordem de Compra, emitida pela Prefeitura Municipal de Major Sales, contendo quantitativos, especificações e valor unitário e total da fatura.

Prazo de Garantia dos produtos e dos serviços deverá obedecer ao que dispõe o item 13.8 do Termo de Referência, contados a partir da de entrega/execução dos respectivos itens solicitados na Ordem de Compra/Serviço emitida pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

Declaramos que no preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito fornecimento dos produtos e execução dos serviços, inclusive os encargos da legislação social







trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Declaramos para os fins que se fazem necessários, que os preços estão compatíveis com os praticados no mercado e que a empresa pertence ao ramo de atividade.

Declaramos, para todos os fins, que a entrega do objeto se dará de acordo com as especificações definidas nesta proposta e respeitando o estabelecido no edital e seus anexos.

Reconhecemos que em face do objeto do convênio nº 9066060/2020, a estimativa da quantidade dos produtos e dos serviços são fixas, no entanto, não configura responsabilidade do contratante em adquiri-los, não estando a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, adstrita a qualquer consumo ou cota mínima, não cabendo à empresa vencedora do certame quaisquer direitos caso o mesmo não seja atingido durante o prazo de vigência do contrato, conforme o subitem 2.7 do Anexo I – Termo de Referência.

Declaramos ainda que concordamos com todos os termos do edital.

Validade da proposta é de (no mínimo 60 (sessenta) dias)

.....de.....de 2022

CARIMBO CNPJ:

Nome completo do proprietário ou representante  
Legal e qualificação na empresa



# EDITAL Nº 2022.06.23.025 "ANEXO III"

## MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN E DE OUTRO LADO A EMPRESA DO RAMO: ....., COMO MELHOR ABAIXO SE DECLARAM.

A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o nº 01.612.383/0001-11, com sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, neste ato representada pela Sra. MARIA ELCE MAFALDO DE PAIVA FERNANDES, brasileira, casada, professora, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 779.456.894-34, portadora da Cédula de Identidade nº 861.626 – SSP/RN, residente e domiciliado na Travessa Maria de Lourdes Gonçalves, nº 32, CEP nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN, doravante denominada contratante e de outro lado à empresa do ramo: ....., inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº ....., estabelecida na ....., doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo Sr. (a) ....., portador da Cédula de Identidade nº ..... SSP/..... e CPF (MF) nº ....., têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão Eletrônico nº 2022.06.23.025 e a proposta apresentada pela Contratada, sujeitando-se Contratante e Contratada às normas disciplinares da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Federal nº 10.024/2019; Decreto Federal nº 3.555/2000e nas regras estabelecidas no Edital e seus anexos, mediante as cláusulas que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA:

#### DO OBJETO

1. O presente Contrato tem como objeto: A contratação de escolha de empresa especializada para executar projeto de educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, a fim de atender demanda específica da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN, com recursos do Convênio nº 9066060/2020, consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2022, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no termo de referência, consoante dispõe a legislação



vigente.

1.1. Para fins de fixação do valor do presente contrato será aplicado o valor total apurado na fase de lance para os itens vencidos pela de acordo com as especificações e quantitativos indicados no quadro a seguir:

<b>EXECUÇÃO DE PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE MAJOR SALES/RN</b>						
ITENS	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	MARCA	UND	QTD	Vr. UNT	Vr. TOTAL
0001						
TOTAL.....						R\$

1.2. A quantidade dos produtos e dos serviços objeto desta licitação é meramente estimativa, não configura responsabilidade do contratante em adquiri-la, não estando a Prefeitura Municipal de Major Sales, adstrita a qualquer consumo ou cota mínima.

## CLÁUSULA SEGUNDA:

### DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor do presente contrato é de R\$ 000.000,00 (.....), que serão pagos de acordo com o recebimento dos produtos ou dos serviços pactuados.

2.1. O valor do presente contrato teve por base os preços cotados pela empresa adjudicatária na sessão pública realizada para apuração do Pregão Eletrônico nº 2022.06.23.025, que serão pagos pelo contratante à contratada pelo fornecimento dos produtos e execução dos serviços objeto do presente contrato.

2.2. O valor acordado nesta cláusula é considerado completo e deve compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente decorram do cumprimento pleno e integral do objeto do edital e seus anexos, tais como, e sem se limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas eletrônicas, instrumentos, seguro, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo o mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA:

### DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente contrato decorre da realização do Pregão Eletrônico nº 2022.06.23.025, realizado com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e tem por finalidade cumprir as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 com suas alterações posteriores, da Lei Federal nº 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95 e da Lei Federal



nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, demais legislação pertinente e nas regras estabelecidas no edital e seus anexos e demais normas vigentes.

#### CLÁUSULA QUARTA:

##### DA VINCULAÇÃO AOS DOCUMENTOS DO PE Nº 2022.06.23.025

4. Aplica-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos o instrumento convocatório, o termo de referencia e a proposta da licitante adjudicatária, datada de ....., cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.

4.1. A partir da assinatura do presente contrato, a este, passarão ser aplicáveis todas as atas de reuniões que resultem em termos aditivos que vierem a ser realizados e que importem em alteração de condições contratuais, desde que assinados pelos representantes credenciados das partes.

#### CLÁUSULA QUINTA:

##### DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

#### CLÁUSULA SEXTA:

##### DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

6. De acordo com as regras estabelecidas neste edital, caberá a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN:

6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato no que pertine ao fornecimento dos produtos, execução dos serviços e das demais cláusulas do edital e do contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93;

6.2. Impedir que terceiros executem o projeto de educação em saúde ambiental (educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, a fim de atender demanda específica da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN), objeto deste contrato;

6.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

6.4. Solicitar, por meio de emissão de Ordem de Compra/Serviço expedida pela gestora municipal de Major Sales, o fornecimento dos produtos ou execução dos serviços, objeto deste Contrato;



6.5. Comunicar à licitante contratada, qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos ou na execução dos serviços, inclusive interromper imediatamente a execução do contrato, se for o caso;

6.6. Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer fornecimento, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a Prefeitura Municipal de Major Sales obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela contratada.

## CLÁUSULA SÉTIMA:

### DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7. Caberá à licitante contratada responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado, além de:

7.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos ou da execução dos serviços, tais como:

7.1.1. Salários; Seguros de acidentes; Taxas, impostos e contribuições; Indenizações; Vale-refeição; Vale-transporte e Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

7.2. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do contratante, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

7.3. Manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do contratante;

7.4. Respeitar todas as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Contratante;

7.5. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Major Sales/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento dos produtos ou da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

7.6. Responder, ainda, pelos danos causados diretamente a bens de propriedade do contratante, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos produtos ou execução dos serviços;

7.7. Fornecer os produtos e executar os serviços solicitados respectivamente no prazo máximo de 15 (quinze) e 90 (noventa) dias corridos, a partir do recebimento da Ordem de Compra/Serviço e nota de empenho, devendo comunicar ao departamento de compras/serviços da Prefeitura Municipal de Major

Sales, através da Secretaria Municipal de Saúde, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.7.1. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da administração, no prazo máximo de 72h00min, contadas da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados;

7.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº 2022.06.23.025.

## CLÁUSULA OITAVA:

### DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

8. À licitante contratada caberá ainda, assumir todas as obrigações sociais, comerciais e fiscais, além de:

8.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante;

8.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos produtos e execução dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da contratante;

8.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento dos produtos e execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

8.4. Assumir, ainda, toda responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste contrato.

8.5. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração do contratante, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o contratante.

## CLÁUSULA NONA:

### DA VIGENCIA E DA EFICACIA

9. O prazo de vigência dos contratos será a partir da data de sua assinatura até 31 dezembro de 2022, com validade e eficácia legal após publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, através do site [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site





[www.femurn.org.br](http://www.femurn.org.br) e no Diário Oficial do Município de Major Sales/RN, site [www.majorsalesrn.gov.br](http://www.majorsalesrn.gov.br) e no Mural da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

9.1. O contrato proveniente da licitação adotada, considerar-se-á encerrado no vencimento do prazo estabelecido no caput ou quando estiverem cumpridas todas as obrigações contratuais pelas partes, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

### DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela secretaria municipal solicitante, devidamente com atribuições específicas, cabendo a esta, no monitoramento e fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua implementação, comunicando à contratada as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

10.1. Não obstante as empresas contratadas sejam as únicas e exclusivas responsáveis pelo fornecimento dos produtos e execução dos serviços, a Prefeitura Municipal de Major Sales, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do contrato, diretamente, pela Secretária Municipal de Saúde, por seu substituto legal ou por outros servidores especialmente designados.

10.2. O fiscal dos serviços será designado por portaria editada pela administração municipal de Major Sales, e comprovadamente habilitado para fiscalizar o contrato, o qual será o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

10.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade de contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666/93.

10.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado pela gestora da Prefeitura Municipal de Major Sales, deverão ser solicitadas a autoridade competente, em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

### DA DESPESA

11. A despesa com a aquisição dos produtos e execução dos serviços de que trata o objeto deste contrato, serão custeadas com recursos provenientes da proposta nº 13249.021000/1210-02-MS - Bloco de Investimento e próprios, consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual, exercício de 2022, conforme detalhamento: 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO



DE DESPESA Nº 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO – FONTE Nº 17000000; 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.31.00 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTE E OUTRAS – FONTE Nº 17000000; E 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA – FONTE Nº 17000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTO CONGÊNERES DA UNIÃO, consoante as disposições da Lei Municipal nº 489/2022.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

### DA ALTERAÇÃO OU PRORROGAÇÃO

12. O presente contrato poderá ser alterado mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei nº 8.666/93, observados os respectivos créditos orçamentários, desde que haja interesse da administração e da contratada, com a apresentação das devidas justificativas.

12.1. A prorrogação deverá ser justificada pela Secretaria Municipal de Saúde, através do setor de compras pertinente ao objeto do contrato, até 20 (vinte) dias antes do término do prazo de vigência.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

### DO REAJUSTAMENTO

13. Os preços ora contratados, serão fixo e irrevogáveis, nos termos da legislação em vigor, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 na sua atual redação.

13.1. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

13.2. Os preços somente serão reajustados mediante ocorrência de fato superveniente, ocorrido após o período de 12 (doze) meses, que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitados, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

### DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

14. No interesse da administração CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.



14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo pactuados entre as partes contratantes.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

### DO PAGAMENTO

15. O pagamento será realizado a favor da licitante vencedora mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo contratante, em parcelas de acordo com o recebimento dos produtos ou dos serviços, obedecidas as regras da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, que trata da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

15.1. O pagamento somente será liberado após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente discriminada, em nome da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, inscrita no CNPJ nº 01.612.383/0001-11 ou do Fundo Municipal de Saúde de Major Sales/RN, inscrita no CNPJ nº 13.249.021/0001-97, ambos com sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN, junto ao setor competente, para liquidação e pagamento da despesa pelo município de Major Sales/RN.

15.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões que comprovem a regularidade fiscal (prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS) e trabalhista (prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – CNDT).

15.3. Os documentos de cobrança deverão ser entregues por meio eletrônico, através do e-mail: [pmmsalesrn@gmail.com](mailto:pmmsalesrn@gmail.com), ou diretamente na Secretaria Municipal de Finanças, com Sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN.

15.4. A liberação da Nota Fiscal/Fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto do setor solicitante, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

15.5. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da licitante vencedora importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação.

15.6. Após o cumprimento das providencias de que trata o item anterior, a documentação deverá ser imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento, o qual respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, classificada por fonte diferenciada de recursos, e os seguintes prazos:

15.6.1. De até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, assim definidas nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução



32/2016 TCE/RN;

15.6.2. De no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos, como preve a alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.7. À Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a entrega dos produtos ou dos serviços, esses não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

15.8. No caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$   
Onde:  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela a ser paga.  
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:  
 $I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644$   
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

15.8.1. A compensação financeira renunciada no item anterior será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

## CLUÁSULA DÉCIMA SEXTA:

### DA ATESTAÇÃO

16. A atestação das faturas é o registro formal de recebimento provisório dos produtos e dos serviços promovido pelo fiscalizador do contratado, que significa o reconhecimento do cumprimento de cada parcela remunerável do objeto. Trata-se de elemento imprescindível para liquidação da despesa.

16.1. A atestação das faturas correspondentes a aquisição dos produtos e execução dos serviços objeto do presente Contrato, caberá a gestora da secretaria municipal requisitante ou ao secretário municipal de administração e planejamento da Prefeitura Municipal de Major Sales, como órgão contratante.

## CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA:

### DAS PENALIDADES

17. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a administração da CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



17.1. Advertência, na forma do art. 87, I, da Lei Federal nº 8.666/93, Estatuto de Licitações e Contratos Administrativos;

17.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

17.1.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, deixar de atender totalmente à solicitação ou à autorização de serviço previstas nos subitens 7.6 e 7.7 da Cláusula Sétima deste contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

17.1.3. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, atender parcialmente à solicitação ou à autorização de serviço previstas nos subitens 7.6 e 7.7 da Cláusula Sétima deste contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

17.1.4. Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a administração municipal de Major Sales, por até 2 (dois) anos.

17.2. Suspensão temporária para licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, assegurada prévia citação, o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA que:

17.2.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato; não manter a proposta, injustificadamente; comportar-se de modo inidôneo; fazer declaração falsa; cometer fraude fiscal; falhar ou fraudar na execução do contrato; não celebrar o contrato; deixar de entregar documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa.

17.3. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo - IV da Lei n.º 8.666/93.

17.4. Comprovado o impedimento ou reconhecido o motivo de força maior, devidamente justificado e aceito pela administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 16.2 desta cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

17.5. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração do CONTRATANTE poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**





## DA RESCISÃO

18. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

18.1. Quando for o caso, a rescisão do contrato pactuado entre as partes, na forma da legislação vigente poderá ser:

18.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da administração do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

18.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração do CONTRATANTE;

18.1.3. Judicial, nos termos da legislação, consoante as disposições do art. 79, III da Lei nº 8.666/93 e demais legislação pertinente.

18.2. Quando a rescisão ocorrer de forma administrativa ou amigável, esta deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

#### DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

19. O recebimento dos produtos, assim como a execução dos serviços, caracteriza ato administrativo pelo qual o ente público realiza a conferência quantitativa e qualitativa dos produtos e dos serviços executados e entregue pelo fornecedor/prestador contratado, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

19.1. Os produtos e os serviços destinados ao atendimento de demanda específica da Secretaria Municipal de Saúde de Major Sales/RN, objeto do presente contrato, será recebido em cumprimento as disposições do art. 63, §2º, III, da Lei nº 4.320/64, na forma do art. 74, II, da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20. Este contrato fica vinculado aos termos do Pregão Eletrônico nº 2022.06.23.025, do tipo menor preço por lote, cuja realização decorre da autorização da Sra. Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes e da proposta da contratada.

20.1. O prazo para assinatura do instrumento contratual, previsto no item 49 do Edital de Licitação, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela contratada, desde que





ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

20.2. A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

20.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da execução dos serviços objeto deste contrato.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

#### DO FORO COMPETENTE

21. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca da Cidade de Luís Gomes/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Major Sales/RN, ..... de ..... de 2022.

MARIA ELCE MAFALDO DE PAIVA FERNANDES  
CPF N°. 779.456.894-34  
CONTRATANTE

CO000000 CO0000000. LTDA-EPP  
CNPJ N° 07.000.700/0001-00  
CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

MICHEL GERMANO FERNANDES PINTO  
C.P.F.: 008.197.334-90

MARCOS JOSÉ MATOS DA SILVA  
C.P.F.: 034.384.374-90



## MINUTA DE EXTRATO RESUMO DO TERMO DE CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.06.23.025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN

CONTRATADA: .....

**DO OBJETIVO:** Constitui Objeto do contrato: A contratação de empresa especializada para executar projeto de educação em saúde ambiental, voltado para sustentabilidade das ações de saneamento nas comunidades rurais do município de Major Sales, a fim de atender demanda específica da secretaria municipal de saúde de Major Sales/RN, com recursos do Convênio nº 9066060/2020, consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2022, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O presente contrato é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2022.06.23.025, realizada com base nas disposições da Lei nº 10.520/2000; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto Federal nº 10.024/2019; Decreto Federal nº 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 8.666/93 em sua atual redação e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

**DO VALOR TOTAL DO CONTRATO:** É de R\$ 00.000,00 (0000 000000 00000000 000000), a ser pago em parcelas de acordo com a entrega dos produtos e execução dos serviços, mediante apresentação das faturas correspondentes.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos para fazer face às despesas da referida contratação, encontra-se alocados na LOA - Lei Orçamentária Anual, Exercício ...../....., na seguinte atividade: 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO – FONTE Nº 17000000; 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.31.00 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTE E OUTRAS – FONTE Nº 17000000; E 02.015.10.301.010.1.131 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA – FONTE Nº 17000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO OU INSTRUMENTO CONGÊNERES DA UNIÃO, consoante as disposições da Lei Municipal nº 489/2022.

**DA VIGÊNCIA:** O presente Termo de Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e vigorará até 31 dezembro de ...../....., podendo ser prorrogado de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - ..... de ..... de 2022.





ASSINANTES:

Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes - CONTRATANTE

..... - CONTRATADA

# EDITAL Nº 2022.06.23.025 "ANEXO IV"

## MODELO DE DECLARAÇÃO

À

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL  
PRGAO ELETRONICO Nº 2022.06.23.025**

A a empresa ....., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº ....., Inscrição Estadual nº ....., com sede na Rua ....., nº ....., Bairro ....., CEP nº ....., Cidade ...../UF, neste ato representada pelo(a) Sr(a) ....., brasileiro(a), solteiro(a), profissão....., inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física - CPF sob o nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., Nº ....., CEP nº ....., Bairro....., Cidade ...../UF, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.06.23.025, realizado pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, **DECLARA QUE:**

1. Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, subitem 8.1 do edital;
2. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, na forma do art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias, subitem 8.2 do edital;
3. Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no Pregão Eletrônico nº 2022.06.23.025, da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, estando ciente da obrigatoriedade declarar ocorrências posteriores, subitem 8.3 do edital;
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, subitem 8.4 do edital;
5. A proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009, subitem 8.5 do edital;
6. Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, bem como não se enquadra nos demais impedimentos do Artigo 9º da Lei 8.666/93, subitem 8.6 do edital;
7. Está ciente e concorda com as condições contidas no instrumento convocatório e seus anexos e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias, subitem 8.7 do edital;
8. Não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma do art. 27, V, da Lei nº 8.666/93 (Lei nº 9.854/1999), subitem 40.8.5.1, do edital.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

..... de ..... de 2022.





---

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

